



ISPA
INSTITUTO UNIVERSITÁRIO
CIÊNCIAS PSICOLÓGICAS, SOCIAIS E DA VIDA

O sonho de uma nova família
- A Adopção como via para o pleno
desenvolvimento da criança -

Ana Filipa Figueiredo de Oliveira

Tese orientada por Professora Doutora Manuela Veríssimo
(ISPA – Instituto Universitário)

Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de:

Mestre em Psicologia

Área de especialidade.....Psicologia Clínica

2015

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação de Professora Doutora Manuela Veríssimo, apresentada no ISPA – Instituto Universitário para obtenção de grau de Mestre na especialidade de Psicologia Clínica.

Agradecimentos

À Professora Doutora Manuela Veríssimo um agradecimento especial por me ter proporcionado os meios necessários para enveredar numa dimensão que se assume tão cativante para mim como é a Teoria da Vinculação e o estudo do seu impacto no nosso desenvolvimento enquanto seres complexos e únicos que somos. Agradeço a disponibilidade, os ensinamentos e o apoio constantes ao longo de toda a orientação da presente dissertação e que me permitiram o meu crescimento enquanto futura psicóloga.

A todos os elementos do projecto de investigação “*Bases hormonais das ligações sociais aos pais e aos pares em crianças de idade pré-escolar*”, que permitiu a obtenção dos dados necessários à elaboração da presente tese. Com um agradecimento em particular ao Professor Doutor Nuno Torres, pela disponibilidade, ensinamentos e aconselhamentos facultados, e à Dra. Mafalda Figueiredo, por todos os momentos de trabalho em conjunto, de grandes aprendizagens, de apoio e de humor à mistura que potenciaram o meu crescimento pessoal e profissional.

A todas as crianças e respectivas famílias que possibilitaram a elaboração deste estudo, disponibilizando o seu tempo e aceitando partilhar um pouco das suas histórias e uma parte de si próprias.

À minha família, em especial aos meus pais, ao meu irmão e à minha avó, pelo apoio incondicional, por toda a força e incentivo facultados, por todas as palavras de amor e carinho, pela infatigável presença ao longo de todo o meu trabalho e pela compreensão em relação aos meus muitos momentos de ausência.

A todos os meus amigos que me apoiaram ao longo deste processo e que aceitaram e compreenderam o meu constante *desaparecimento*. À Marina, pela sua incansável amizade e constante apoio em todas as ocasiões. À Patrícia, por toda a amizade e bons momentos criados ao longo do percurso entusiasmante e divertido que possibilitou o alcance dos nossos sonhos. Ao Luís, por toda a força, carinho e inesgotáveis palavras de encorajamento. Ao Hugo, por toda a ternura, alegria e boa-disposição contagiantes que sempre despertavam uma gargalhada inesperada.

“Foi o tempo que dedicaste à tua rosa que a fez tão importante.”

Antoine de Saint-Exupéry, *O Príncipezinho*

RESUMO

As crianças inseridas no sistema de adopção continuam a apresentar, na sua maioria um historial de vivência em ambientes instáveis, precários, negligentes e/ou abusivos, que restringem as possibilidades de desenvolvimento de vinculações seguras e favorecem problemas de conduta. Assim, a adopção surge como resposta interventiva a este dilema social, de modo a colmatar lacunas nas áreas de desenvolvimento da criança e a garantir um lar acolhedor e afectuoso, promotor de vinculações seguras e estáveis. O presente estudo pretende analisar as diferenças nas representações de vinculação e problemas de comportamento associados em crianças adoptadas comparativamente a crianças residentes desde sempre com as famílias de origem. Numa amostra de 28 crianças portuguesas em idade pré-escolar e escolar, sendo 43% do sexo feminino, com idades compreendidas entre 38 e os 75 meses de idade, podemos encontrar dois grupos: 10 crianças em meio familiar adoptivo e 18 crianças em meio familiar de vida. Para a avaliação das representações de vinculação, recorreu-se à aplicação do *Attachment Story Completion Task* (ASCT), enquanto para avaliação dos problemas e aspectos comportamentais, usou-se o *Child Behaviour Checklist* (CBCL) direccionado aos pais. Os resultados indicam que não existem diferenças significativas entre as crianças adoptadas e os pares não-adoptados, ao nível da segurança das representações de vinculação e dos problemas de comportamento associados, do tipo internalizante e do tipo externalizante. Conclui-se que ambos os contextos de proveniência das crianças promovem um desenvolvimento emocional, comportamental e vincutivo favorável e semelhante nas suas dimensões, realçando-se assim a eficácia do processo de adopção.

Palavras-chave: Problemas de Comportamento, Adopção, Vinculação

ABSTRACT

Children in adoption system are still showing, in their majority, a history of living in unstable, precarious, negligent and/or abusive environments, which restricts the possibilities of developing safe connections and favors behavior problems. Therefore, the adoption emerge as a way of intervention to this social dilemma, so it can fill the blanks in the areas related with the children's development and to insure a nurturing and welcoming home, who will promote safe and stable attachments. This study intends to analyze the differences in attachment representations and associated behaviour problems in adopted children in comparison with children who have always lived with their original families. From a sample of 28 children ranging from pre-school to school ages, 43% of female gender, aged 38-75 months, we find 2 groups: 10 children in adoptive families and 18 children in original families. For the assessment of the attachment representations was applied the Attachment Story Completion Task (ASCT) and for the assessment of behavior aspects and problems was used the Child Behavior Checklist (CBCL) for parents. Results show that are no significant differences between adopted children and their non-adopted peers, on security of attachment representations and on related behavior problems, of internalizing type and externalizing type. Hence, it is concluded that both contexts of the children's origin promote a favorable and similar emotional, behavioral and relational development in assessed dimensions, emphasizing therefore the effectiveness of the adoption process.

Key Words: Behavior problems, Foster Care, Attachment

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I: Teoria da Vinculação	12
Primórdios e conceitos centrais da Teoria da Vinculação	12
Modelos Internos Dinâmicos – a visão representacional da vinculação	13
Representações de vinculação e problemas de comportamento associados	18
CAPÍTULO II: Adopção	20
Contexto socio-histórico e legal da adopção	20
A criança e a sua adaptação ao processo de adopção	22
CAPÍTULO III: Vinculação, Adopção e outros Factores	25
O acolhimento institucional e o acolhimento pela adopção – quais os impactos no desenvolvimento da criança.....	26
Representações de vinculação e problemas de comportamento associados – a integração do contexto familiar adoptivo	27
Levantamento do problema e hipóteses	29
CAPÍTULO IV: Método	31
Participantes.....	31
Delineamento e análise de dados	31
Instrumentos	32
Procedimentos	35
CAPÍTULO V: Resultados	37

CAPÍTULO VI: Discussão	41
-------------------------------------	----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	47
-----------------------------------------	----

Lista de Tabelas

TABELA 1 – Correlações entre os valores de segurança no <i>Attachment Completion Task</i> e as variáveis idade e QI verbal	38
TABELA 2 – Médias e desvios-padrão, valor de z para diferenças de médias e probabilidade para as variáveis em estudo nos Grupos Adoptado e Controlo	39
TABELA 3 – Médias e desvios-padrão, valor de x para diferenças de médias e probabilidades para as variáveis em estudo em função do género	40

INTRODUÇÃO

De acordo com o Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens (ISS, 2015), no ano de 2014, 8.470 crianças e jovens encontravam-se no sistema de acolhimento português, enquanto 2.433 crianças e jovens tinham deixado o mesmo, sendo que deste último grupo, 347 crianças foram adoptadas por famílias candidatas. Comparativamente aos anos anteriores observou-se um ligeiro aumento do número das crianças e jovens em situação de acolhimento, ou seja 25 crianças e jovens a mais do que no ano de 2013 (77,7% de um total de 10.903 crianças e jovens caracterizadas), mas com uma diminuição de 4,9% de entradas no sistema de acolhimento em relação ao ano passado (ISS, 2015). Todavia, ainda são 8.470, as crianças e jovens que se encontram no sistema, onde uma trajetória de vida instável compromete-lhes o futuro, tornando-se dependentes das decisões e escolhas das instituições de acolhimento, dos desejos e necessidades das futuras famílias adoptivas bem como das suas próprias necessidades, alternando, comumente, entre diversas casas, e acabando por “*viver com todos mas sendo de ninguém*” (p. 232, Bruskas, 2010).

A adopção surge então como uma intervenção na vida destas crianças, um acto tão denso de humanidade da parte de quem adopta, que não se deve restringir à satisfação do desejo de quem adopta, mas, acima de tudo, deve visar o superior interesse da criança, o direito da mesma a uma família que possibilite o seu desenvolvimento integral e a oportunidade de criação de um vínculo semelhante ao da filiação entre si e os seus pais adoptivos. De acordo com as teorias primárias da vinculação, a natureza das relações de vinculação, apesar de dotada de características únicas, assenta na tendência inata e universal de toda a criança para procurar proximidade e contacto com a figura mais próxima que lhe transmita a segurança e apoio necessários no seu crescimento e confronto com as vicissitudes da vida (Bowlby, 1969/1990; Ainsworth, 1989). O desenvolvimento de uma vinculação segura com a figura cuidadora traz vários benefícios a longo-prazo para a criança, e com a disponibilidade necessária para a adopção, estar-se-á a oferecer, a crianças órfãs ou abandonadas, a oportunidade de poderem vivenciar uma verdadeira relação de vinculação. E tal como as estrelas guiavam os antigos marinheiros, não serão as novas famílias capazes de levar estes “meninos perdidos” a encontrarem um caminho, por entre a desorganização tempestuosa das suas vivências passadas, rumo a uma viagem plena e saudável de maturação e descoberta de si próprios? E, afinal, não serão as crianças adoptadas tão ou mais capazes de desenvolverem vinculações seguras com os seus pais adoptivos quanto as crianças criadas, desde sempre, com os seus pais biológicos, ao longo de toda essa viagem?

CAPÍTULO I: Teoria da Vinculação

Com base na observação das respostas da criança face à separação prolongada da figura materna, John Bowlby (1969/1990) propôs a Teoria da Vinculação, realçando a importância das relações primárias para o desenvolvimento pleno da criança. A presente teoria apresenta-se assim como fundamental para a compreensão do desenvolvimento das crianças do sistema de acolhimento, visto que estas sofreram repetidas e, na maioria das vezes, traumatizantes experiências de separação resultantes da natureza do ambiente institucional que as envolve. Posto isto, impera uma necessidade de se contextualizar teoricamente a Teoria da Vinculação e de destacar o impacto das relações de vinculação no desenvolvimento.

Primórdios e conceitos centrais da Teoria da Vinculação

A Segunda Guerra Mundial apresentou-se como um marco significativo para a criação da Teoria da Vinculação, sendo as consequências desse evento, nomeadamente o aparecimento de inúmeras crianças órfãs de guerra, um dos principais impulsionadores do aprofundamento e delineamento do fenómeno da vinculação na Psicologia do Desenvolvimento. Apesar de autores como Fairbairn, Anna Freud, Dorothy Burlingham, David Levy e Réne Spitz, entre outros, terem sido os primeiros a descrever os efeitos terríveis da separação prolongada em crianças pequenas e a apontar a questão do carácter primário da vinculação (Guedeney & Guedeney, 2004), foi John Bowlby (1969/1990) quem se preocupou em delinear o sistema de comportamentos de proximidade emocional realizado pela criança a uma dada figura preferencial e privilegiada. Com base no respectivo contacto com contextos de privação precoce, Bowlby reinventou totalmente a noção do vínculo mãe-filho, defendida até ao momento, contrariando assim a visão de Freud sobre o vínculo à mãe como uma dependência e destacando a vinculação como uma necessidade da criança de aproximação ao nível da relação com a figura cuidadora (Bowlby, 1969/1990). Por conseguinte, descartou a perspectiva freudiana e assumiu uma nova visão assente nas noções das crianças como seres competentes, intrinsecamente motivados para a exploração e domínio do meio circundante, e capazes de recorrerem a uma ou mais figuras de vinculação como base segura para exploração e como porto seguro para retorno (Bowlby, 1969/1990; Blehar, Lieberman & Ainsworth, 1977; Ainsworth, 1989).

Mary Ainsworth, psicóloga canadiana, ofereceu igualmente um grande contributo para formação da teoria de vinculação, com a elaboração de um esquema de desenvolvimento da vinculação e introdução do conceito de *base de segurança* (Bretherton, 1992). A *Situação Estranha* surgiu como um marco fulcral na temática da vinculação, através da qual Ainsworth expõe uma situação organizada em oito episódios de separação e reencontro entre a criança, a mãe e um elemento estranho, que lhe permitem uma maior compreensão da relação entre ambos os elementos da díade mãe-criança, de três categorias de vinculação preponderantes (vinculação segura; insegura evitante; e insegura ambivalente) e do estilo de comportamento maternal correspondente (Guedeney & Guedeney, 2004).

Com efeito, os primeiros estudos realizados nesta vertente (Bowlby, 1969/1990; Blehar, Lieberman & Ainsworth, 1977; Ainsworth, 1989) delinearam uma concepção basilar ao fenómeno da vinculação, que consiste na necessidade da parte da criança de uma figura cuidadora disponível, quer física quer emocionalmente, sensível, promotora da exploração do meio – *base de segurança* – e que transmita calma, conforto e protecção (*porto seguro*) na recepção da criança, aquando da percepção desta última de eventos alarmantes ou stressantes. Do mesmo modo, uma boa figura de vinculação deve não só provocar ansiedade, na sua partida, como também deve desencadear sensações de alívio e prazer da parte da criança, aquando o seu regresso (Bowlby, 1969/1990; Blehar et al., 1977).

Posteriores prosseguidores da teoria da vinculação, como Inge Bretherton, Everett Waters e Alan Stroufe, apresentaram igualmente contributos de grande relevância para a teoria da vinculação, vindo a realizar estudos mais aprofundados sobre o impacto de vinculações seguras na vida da criança como também se dedicaram, mais especificamente, à exploração da natureza das representações e esquemas mentais internos das experiências relacionais aquando a infância (Bretherton & Munholland, 2008; Waters et al., 1998; Waters & Waters, 2006).

Modelos Internos Dinâmicos – a visão representacional da vinculação

Afastando-se da abordagem psicanalítica, essencialmente focada no mundo interno do sujeito, Bowlby (1969;1980) adopta uma nova perspectiva, na linha cognitivista, em que considera as crianças, como ser activos no meio que as rodeia, e que desenvolvem modelos operantes do *Eu*, do mundo e das suas relações com figuras significativas, que não só se irão assumir como perseverantes ao longo do tempo como também abertos à revisão e alteração

em caso de confrontação com experiências relacionais que invalidem os modelos existentes até à altura.

Bowlby introduz, pela primeira vez na teoria da vinculação, o conceito de *Modelo Interno Dinâmico* (MID), com o intuito de descrever todo o sistema representacional intrínseco a este fenómeno relacional (Bretherton & Munholland, 2008). A fim de delimitar a idade em que se começam a formar os MID na infância, Bowlby (1980/1990) recorreu aos trabalhos desenvolvidos por Piaget (2002) sobre a *permanência do objecto*, nos quais alegava que a criança só era capaz de reconhecer um objecto, quando, na ausência do mesmo, o procurasse, revelando, assim, já possuir uma representação mental integrada. Por consequência, a criança ao demonstrar uma nítida preferência pela figura cuidadora em relação a um estranho, mesmo antes dos 5 meses, será, então, capaz de elaborar uma representação elementar da mãe, figura com quem mais priva no quotidiano, imediatamente após o meio ano de vida (Bowlby, 1980/1990). A rapidez com que a criança irá desenvolver a sua capacidade de representação irá variar consoante a atenção e a sensibilidade maternas providenciadas pela figura cuidadora perante os seus sinais e aproximações (Goodman, Aber, Berlin, & Brooks-Gunn, 1998; Bost, Shin, McBride, Brown, Vaughn, Coppola, Veríssimo, Monteiro & Korth, 2006; Oppenheim, Koren-Karie, & Sagi-Schwartz, 2007).

Bowlby (1973/1990) aproveitou igualmente outras noções piagetianas, tais como a *acomodação* e a *assimilação*, a fim de explicar o desenvolvimento dos MID em duas etapas diferentes mas não dissociadas uma da outra. Por conseguinte, numa primeira fase, o modelo ir-se-ia ajustando às interacções vividas repetidamente pela criança no quotidiano de modo a edificar-se, enquanto numa segunda fase, novas experiências que fossem surgindo, iriam sendo assimiladas ao modelo existente, ainda que se apresentassem contraditórias ao mesmo. Caso as novas experiências entrassem em conflito com o MID já constituído, a criança poderia ou reintegrá-los no modelo já existente de modo a actualizá-lo, ou optar por uma “exclusão defensiva”, o que levaria a enviesamentos no tratamento da informação recebida e consequentemente a dificuldades de adaptação ao meio envolvente (Bowlby, 1973/1990). Em suma, a criança tende a organizar-se mentalmente através dos MID de vinculação, no sentido de antecipar e interpretar os comportamentos da figura cuidadora e de planear reacções adequadas em várias situações do quotidiano, conferindo-lhe, assim, uma noção de controlo sobre o que a rodeia (Bowlby, 1969/1990).

Durante a infância, a criança vai reorganizando e desenvolvendo, de forma flexível, o seu sistema de vinculação em uníssono com o sistema de *caregiving*, isto é o conjunto de comportamentos parentais que visam a protecção da criança, e acabando por se centrar numa

figura particular e nos respectivos planos e motivações, chamando-se a esta fase “*goal-corrected partnership*”, ou seja, parceria corrigida para um determinado objetivo (Bowlby, 1969/1990). Consequentemente, essa maior flexibilização e continuidade dos modelos operantes, irá permitir não só uma melhor adaptação da criança ao contexto em que se encontra como também uma constante reorganização interna da mesma face a novas experiências relacionais quer com os cuidadores primários quer, posteriormente, para o estabelecimento de relações afectivas íntimas (Waters et al., 1998; Waters, Weinfield & Hamilton, 2000; Waters, Merrick, Treboux, Crowell, & Albersheim, 2000; Waters & Waters, 2006; Bretherton & Munholland, 2008; Maia, 2011).

Na interacção com a criança, também os cuidadores primários tendem a estabelecer relações similares àquelas estabelecidas com as suas primeiras figuras de vinculação, chegando a recriar os mesmos tipos de trocas que vivenciaram na infância (Bretherton & Munholland, 2008). Por conseguinte, os progenitores tendem a passar o respectivo modelo de relação que estabeleceram com os próprios pais aos seus filhos, condicionando assim a estrutura dos MID destes últimos, sendo este fenómeno denominado de *transmissão intergeracional* (Guedeney & Guedeney, 2004). Estudos desenvolvidos nesta vertente (ver Nelson, 1999; Wong, Bost, Shin, Veríssimo, Maia, Monteiro, Silva, Coppola, Constantini, & Vaughn, 2011) vieram, então, a suportar o pressuposto do diálogo e das transacções comportamentais entre a díade pai-criança serem factores de grande influência no processo de co-construção de modelos internos coerentes da criança, desde que os cuidadores se regessem, igualmente, por modelos internos seguros. O fenómeno supracitado levanta, assim, a questão da importância do papel dos pais enquanto agentes activos no auxílio da criança na construção e revisão dos seus primeiros modelos internos, sendo que, para a estruturação de MID seguros, irá depender não só da qualidade da interacção entre a díade pai-criança mas também da existência de um diálogo aberto sobre as emoções e relações (p.e., Reese, Haden & Fivush, 1993; Reese, 2008; Koren-Karie, Oppenheim, Yuval-Adler; & Mor, 2013).

Contudo, e já destacado por vários autores (p.e., Delius, Bovenschen & Spangler, 2008), a concepção de Bowlby sobre os MID é uma metáfora conceptual, daí a necessidade de uma estruturação mais definida e sistemática do constructo, referindo-se não só as mudanças qualitativas provenientes de novas experiências relacionais como também as mudanças evolutivas a nível da complexidade e organização da estrutura dos MID (Bretherton & Munholland, 2008).

À luz de novos conhecimentos na linha cognitivista, uma maior relevância começou a ser atribuída às componentes cognitivas inerentes às representações mentais, assentes na

cognição e processamento de informação, para além das componentes afectivas até então realçadas (Bretherton & Munholland, 2008). De acordo com esta perspectiva, a criança, em idade pré-escolar, vê-se confrontada, diariamente, com a descoberta de todo um mundo novo, sendo alvo de várias experiências sociais que desafiam a sua capacidade de representação esquemática. De modo a internalizar tudo o que a rodeia, a criança vai construindo progressivamente esquemas representacionais, denominados de *scripts*, assentes nas informações recolhidas de eventos similares e contínuos no tempo, para que se torne capaz de desenvolver expectativas sobre novas situações (Nelson, 1999; Schank & Abelson, 1977).

Conquanto as crianças possuíssem representações generalizadas dos eventos já estáveis no tempo, estruturavam uma organização e actualização gradual dos *scripts* nos MID, consoante a seguinte hierarquização: no topo, encontrar-se-iam as primeiras representações sensoriomotoras; os níveis seguintes seriam compostos por *scripts* opcionais, condicionais e discrepantes dos modelos internos já existentes; até ao último nível, na base da hierarquia, que seria preenchido por memórias episódicas de eventos de vinculação específicos (Delius et al., 2008). Apesar da relativa estabilidade dos MID, estes esquemas representacionais possuem, ao mesmo tempo, uma determinada flexibilidade face a novas experiências que vão surgindo no contexto da criança, como por exemplo a adaptação aos valores culturais defendidos numa sociedade específica e a organização mental da criança para ser um cidadão competente no seu meio (Delius et al., 2008).

Dado a criança estabelecer múltiplas relações de vinculação com as várias figuras presentes na sua vida, sentiu-se a necessidade de compreender a forma como as representações mentais dessas relações se organizavam em modelos internos. Diversas possibilidades foram então propostas em termos de organização dos MIDs, nomeadamente o modelo hierárquico, onde a criança se rege pela representação mental da relação com a figura cuidadora com quem mais priva, normalmente a mãe, sendo o mais influente (Bretherton e Munholland, 2008). Outro modelo apresentado, consiste no modelo de organização integrativa, através do qual a criança integra todas as suas relações de vinculação numa única representação, atribuindo um peso igual às diversas relações em termos de influência (van Ijzendoorn, Sagi & Lambermon, 1992). Esta proposta confirmaria a ideia de Bowlby (1969;1985), em como todas as relações estabelecidas posteriormente pela criança partiriam do modelo de relação com a principal figura de vinculação. Por fim, outro modelo assinalado foi o modelo de organização independente, segundo o qual cada representação mental é independente quer em qualidade quer em influência no desenvolvimento da criança, sendo que cada MID irá influenciar uma área específica da sua vida (Howes & Spieker, 2008).

Contudo, os estudos realizados nesta vertente são contraditórios (ver van Ijzendoorn & De Woff, 1997; Howes & Spieker, 2008), visto existirem tanto, investigações a apoiar o modelo hierárquico de organização dos MIDs, como estudos a suportam o desenvolvimento de modelos de organização integrativa.

A expressão e organização dos modelos internos de vinculação são potenciadas em grande parte pela linguagem, especialmente através da reconstrução de eventos passados por meio da narrativa oral (Fivush, 2006; Bretherton e Munholland, 2008; Delius et al., 2008). A fim de alcançarem os MID sociais das crianças e os respectivos conhecimentos sobre as relações, num nível mais aprofundado, os investigadores da temática da vinculação decidiram fazer a passagem das metodologias direccionadas ao nível do comportamento expresso (p.e., *Situação Estranha (Ainsworth, Blehar, Waters & Wall (1978))* para metodologias focadas no nível de representação mental (p.e., *Attachment Doll Story Completion Task (ASCT)*, *Teste de Ansiedade de Separação (SAT)*, *MacArthur Story Stem Battery*, e o *Manchester Child Attachment Story Task*). A partir de metodologias direccionadas à capacidade de representação mental, nomeadamente a construção de narrativas, espera-se não só estimular a criança a recorrer aos respectivos MID e conhecimentos sobre as relações familiares e cuidados parentais para a resolução de dilemas sociais como também para desafiar a sua capacidade de regulação emocional (Oppenheim Nir, Warren, & Emde, 1997; Maia e Veríssimo, 2011; Maia, 2011).

No caso da Tarefa de Complementação de Histórias de Vinculação, é muito comum observar-se quer réplicas do que as crianças experienciam nas interações do dia-a-dia com as respectivas figuras parentais quer as suas esperanças, medos e representações metafóricas das suas emoções (Miljkovitch, Pierrehumbert, Bretherton & Halfon, 2004). Por conseguinte, é expectável que crianças com uma vinculação segura com os seus cuidadores desenvolvam narrativas com resoluções construtivas dos cenários problemáticos propostos através de um discurso emocionalmente aberto e coerente, enquanto crianças com uma vinculação insegura optem pela negação ou evitamento dos temas de vinculação (crianças evitantes) ou se distraiam facilmente da tarefa em si (crianças ambivalentes) ou mesmo criem resoluções bizarras (crianças desorganizadas), tal como foi demonstrado em diversas investigações (Bretherton, Ridgeway & Cassidy, 1990). Diversos estudos vieram posteriormente a corroborar a existência de associações entre a segurança na relação cuidador-criança e a coerência apresentada na estruturação dada pela criança à sua história (p.e., Silva, Fernandes, Veríssimo, Shin, Vaughn, & Bost, 2008; Pinhel, Torres, e Maia, 2009; Wong et al.; 2011; Maia, 2011; Torres, Maia, Veríssimo, Fernandes, & Silva, 2012).

Representações de vinculação e problemas de comportamento associados

Na sequência da linha de investigação assente nos *scripts* primários por detrás dos MID de vinculação (p.e., Blehar et al., 1977; Bretherton et al., 1990; Oppenheim et al., 1997; Woolgar, 1999; Oppenheim et al., 2007), estudos realizados, com base no método das narrativas (p.e., *ASCT*, *Attachment Doll-Play Interview*, *MacArthur Story-Stem Battery*), demonstraram relações significativas e consistentes entre as respostas das crianças na complementação de histórias e aspectos do comportamento das mesmas em meio social, corroborando mais uma vez o pressuposto de como os comportamentos das crianças espelham a organização mental das mesmas sobre as suas experiências pessoais (Solomon, George & DeJong, 1995; Warren, Oppenheim & Emde, 1996; Oppenheim, 1997; Oppenheim et al., 1997; Page, 2001; Laible, Carlo, Torquati, & Ontai, 2004; Maia, 2011).

Por exemplo, no estudo de Solomon e colaboradores (1995), observou-se que crianças mais controladoras nas relações de vinculação produziam não só narrativas com temáticas de catástrofe e desamparo como também eram classificadas pelos pais e professores como mais agressivos do que os seus pares. Analogamente, Warren e colegas (1996) concluíram que crianças de 4 e 5 anos que recorriam a temáticas mais violentas e destrutivas nas suas histórias, eram apontadas pelos respectivos pais e professores como aquelas que apresentavam mais problemas de externalização e internalização de comportamentos, comparativamente aos seus pares. Na mesma amostra de crianças, Oppenheim e colaboradores (1997) constataram que crianças que tendiam a ser classificadas como tendo problemas de comportamento com as mães, enquadravam nas suas histórias, já de si menos coerentes na sua organização, cuidadores com acções mais negativas e agressivas (p.e., abusos físicos ou verbais). Laible e colegas (2004) encontraram igualmente resultados semelhantes aos estudos supracitados, assumindo que crianças com poucas representações positivas das relações, nas narrativas com os bonecos, eram mais facilmente identificadas, pelos seus professores, como alunos com problemas de externalização de comportamento na escola.

Numa investigação com crianças de 3 anos, Miljkovitch, Pierrehumbert e Halfon (2007) identificaram, através das dimensões do *ASCT*, correlações negativas entre as representações seguras dos cuidados parentais e os problemas de internalização de comportamentos reportados pelas mães, ou seja, quanto menores forem as representações positivas dos cuidadores apresentadas pelas crianças, maior será a probabilidade de as mães reconhecerem problemas de internalização nos seus filhos. Todavia, neste mesmo estudo, não se vieram a confirmar associações entre os problemas de internalização e as resoluções

positivas das narrativas ou com as estratégias de vinculação (p.e., segurança, desactivação, hiperactivação e desorganização).

Por fim, num estudo de Kochanska e Kim (2013), diversas conclusões foram encontradas nesta vertente, igualmente corroborativas dos estudos anteriores, nomeadamente que crianças com vinculações inseguras a ambos os pais tendiam a reportar mais problemas de comportamento aos 8 anos de idade e que o estabelecimento de uma vinculação segura, no mínimo, a um dos pais, apresentava benefícios significativos e protecção à criança. Nesta investigação, similarmente todas as crianças que manifestavam altos níveis de resistência face aos pais, eram reportadas pelos professores como crianças com uma alta frequência de problemas de externalização de comportamentos; e que os problemas de externalização se tornavam mais evidentes com a presença de vinculações desorganizadas à figura cuidadora masculina.

Por conseguinte, mais uma vez se comprova a importância do contexto desde a primeira infância, devendo a criança integrar um ambiente caracterizado pela prestação de cuidados constantes e pela antecipação da disponibilidade e capacidade de reacção, de modo sensível e estável, das figuras de vinculação, para a organização dos padrões de vinculação. A criança que percepcionar a figura de vinculação na sua dupla função, como base segura para explorar o mundo e porto seguro para retorno quando necessita de se organizar a si próprio, torna-se dotada de uma base essencial para aprender a regular as emoções e para percepcionar positivamente o mundo exterior e o seu mundo interior bem como as respectivas interacções com ambos os mundos.

CAPÍTULO II: Adopção

Contexto socio-histórico e legal da adoção

A prática da adoção como meio de protecção da infância fragilizada por adversidades de vários géneros tem-se apresentado como uma preocupação da civilização humana, com raízes históricas muito antigas, reportando ao tempo das sociedades indianas (leis de Manú), da civilização de Babilónia e Assíria (código de Hammurabi, 2285-2242 a.c.), das sociedades gregas e romanas, até aos povos hebreu (Antigo e Novo Testamento) e egípcio (documentos da XXVI dinastia) (Rodrigues, 1997; Franco e Pinho, 2014). A civilização greco-romana apresentou-se como uma das primeiras civilizações a instituir a adoção como “*prática social com regulação própria*” (Franco e Pinho, 2014), sendo que no Império Romano, os estatutos de adoção eram muito semelhantes àqueles que se vieram a tornar norma no direito europeu, nos quais o adoptado entra no agregado familiar com todos os direitos e deveres de um filho biológico (Rodrigues, 1997; Franco e Pinho, 2014).

Todavia, com a chegada da Idade Média, imperou a influência do cristianismo e do feudalismo na cultura familiar e social incentivando a geração de descendência pela procriação e a transmissão de património por consanguinidade e desvalorizando/repudiando intensamente a prática da adoção, o que levou conseqüentemente a um aumento de crianças abandonadas, de mendicidade e de tráfico de menores, e conduzindo ao aparecimento, por sua vez, do fenómeno de exposição de crianças, da criação da Roda e da administração dos expostos (Rodrigues, 1997; Franco e Pinho, 2014).

Na sequência da Revolução Francesa, o Código Civil francês de 1804 veio a integrar a adoção à semelhança da contemplada no Direito Romano, causando um impacto visível na Europa, apesar de não se ter verificado grande adesão à prática em si (Rodrigues, 1997). Em Portugal, durante toda a época Moderna, a instituição da adoção continuou a ser descurada, chegando mesmo a ser erradicada do sistema jurídico pelo Visconde de Seabra, autor do Código de Seabra, em 1867, e ficando as crianças expostas/abandonadas a cargo das Ordenações Afonsinas e Manuelinas (Rodrigues, 1997; Franco e Pinho, 2014).

Com a ocorrência da I e II Guerras Mundiais, a situação dos inúmeros órfãos de guerra despertou a consciência humana a nível mundial e despoletou uma renovada predisposição para a prática da adoção (Rodrigues, 1997). Nesta época, a teoria de Bowlby (1976/2006)

sobre os danos da privação materna na vinculação veio a influenciar significativamente o processo de acolhimento de crianças órfãs em idades precoces.

A legislação para a protecção da infância teve o seu principal marco no ano de 1959, com a proclamação da Declaração dos Direitos da Criança, da parte da Assembleia-Geral das Nações Unidas (Tomás, 2007). Contudo, imperou a necessidade de elaboração da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (CDC), visto a primeira legislação consistir apenas numa enumeração de princípios, de valor simbólico, ausente de cumprimento jurídico obrigatório (Tomás, 2007). Deste modo, no ano de 1989, a criança passou a ser considerada, pela primeira vez, como um cidadão titular de direitos civis, económicos, sociais, culturais e políticos, e de liberdades fundamentais ao desenvolvimento pleno das suas capacidades (Tomás, 2007). A CDC veio a ser ratificada em Portugal, no ano de 1990 (UNICEF, 2004).

Aquando da realização da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, os Estados Partes presentes, assumiram a criança como um ser titular de liberdades e direitos como qualquer outro cidadão, sendo um dos direitos imperativos, por exemplo, o crescimento num ambiente familiar, dotado de um clima de felicidade, amor e compreensão, para o seu integral desenvolvimento (UNICEF, 2004). Aliás, em todo o Sistema Jurídico da Adopção, encontra-se uma estreita ligação entre o princípio jurídico basilar do *superior interesse da criança*, e, prioritariamente, as três considerações seguintes (Leandro, 2014): a criança como *sujeito autónomo de direitos*; o *direito de cada criança ao seu integral desenvolvimento*; e a relevância do papel da família para a garantia da *essencialidade da qualidade da infância para a qualidade humana*. O direito à Família, também presente nos artigos 18.º e 21.º do CDC (UNICEF, 2004) e no artigo 1576.º do C.C., pressupõe a salvaguarda da qualidade de vida da criança, a nível dos princípios referidos por Leandro (2014), através da parentalidade responsável, possibilitando o crescimento e desenvolvimento da criança num seio familiar que proporcione o apoio e suporte necessários para o estabelecimento de uma filiação natural.

Em Portugal, apenas chegado o século XX e com grande insistência da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), a adopção conseguiu vingar no sistema jurídico português, mais precisamente no ano de 1967, com o reconhecimento e legalização da adopção plena no Código Civil (C.C.) (Decreto-Lei, n.º 47 344 de 25 de Novembro de 1966, com entrada em vigor a 1 de Junho de 1967), conferindo assim o estatuto de filho legítimo ao adoptado e terminando todos os vínculos deste à família biológica, por oposição ao prescrito para a adopção simples (Rodrigues, 1997). Com as reformas de 1997 (ver Decreto-Lei, n.º 496/77 de 25 de Novembro, com entrada em vigor a 1 de Abril de 1998), 1993 (p.e., artigos 1984.º e 1985.º do C.C.) e de 1998 (Decreto-Lei n.º 120/98 de 8 de Maio) novas alterações foram

introduzidas relativamente aos requisitos exigidos a ambas as partes envolvidas, adoptantes e adoptados, e às instituições particulares de solidariedade social responsáveis pelo processo, favorecendo portanto a adopção plena.

Em 2003, mais uma vez, é realizada uma revisão do Regime Jurídico da Adopção, com a proposta de uma nova lei de adopção assente no critério fundamental do “superior interesse da criança”, visando não só as reais vantagens para o adoptado, mas também a constituição de um vínculo visível, semelhante ao da filiação, entre o adoptado e os adoptantes (Decreto-Lei n.º 31/2003 de 22 de Agosto). Com as alterações realizadas no Decreto-Lei n.º 120/98 de 8 de Maio, reduziu-se o período de pré-adopção de um ano para seis meses, introduzindo também, pela primeira vez na Lei, o conceito de vinculação, um conceito crucial da psicologia do desenvolvimento e um dos pilares da relação parental.

O facto de apenas no final do século XX, se terem reconhecido formal e universalmente os direitos básicos da criança, de protecção, provisão e participação, demonstra o quão tardio foi o reconhecimento das muitas situações adversas enfrentadas na infância, como por exemplo a doença e a fome, e que exigem uma salvaguarda das crianças ao nível do sistema jurídico.

A criança e sua adaptação ao processo de adopção

Nos finais da década de 90, notou-se um crescente interesse da parte das áreas da investigação e da clínica relativamente às crianças adoptadas e respectivas famílias. Grande parte da investigação na temática da adopção tem-se centrado nas crianças adoptadas e na possibilidade das mesmas serem mais atriadas a problemas do foro psicológico e académico do que os seus pares residentes desde sempre com as famílias de origem biológica, bem como no facto de poderem apresentar problemas no respectivo desenvolvimento e determinadas características individuais que podem dificultar a adaptação ao processo de adopção. Há que salientar ainda a forte focalização da literatura na natureza e funcionamento do sistema familiar adoptivo e os problemas psicológicos adjacentes, envolvendo os pais adoptivos e a crianças adoptadas (Brodzinsky, Smith & Brodzinsky, 1998).

A adopção surgiu como uma resposta à pressão social para providenciar cuidados a crianças órfãs e dependentes através da atribuição do dever da parentalidade a outra família mais capacitada do que a família biológica, geralmente desprovida das condições necessárias ou legalmente proibida da guarda da criança, e até do que os serviços mínimos prestados pelas

instituições (Brodzinsky et al., 1998; Salvaterra e Veríssimo, 2008). Vários estudos já demonstraram que crianças criadas em instituições de adoção ou casas de acolhimento revelaram atrasos significativos no respectivo desenvolvimento em diversas áreas do funcionamento psicológico (van Ijzendoorn & Juffer, 2006; Bakermans-Kranenburg, Steele, Zeanah, Muhamedrahimov, Vorria, Dobrova-Krol, Steele, van Ijzendoorn, Juffer, & Gunnar, 2011), que tendem a agravar-se com a permanência, a longo prazo, da criança neste tipo de instituições ou com a contínua recolocação em várias famílias adotivas (van Ijzendoorn, Palacios, Sonuga-Barke, Gunnar, Vorria, McCall, Le Mare, Bakermans-Kranenburg, Dobrova-Krol, & Juffer, 2011).

A existência de diversas abordagens direccionadas à compreensão do fenómeno de adoção e dos padrões de adaptação nas crianças adoptadas e respectivas famílias, nomeadamente o modelo biológico, a teoria psicodinâmica, a teoria da vinculação, a teoria do papel social, a teoria do sistema familiar e a teoria do *stress* e estratégias de *coping* (Brodzinsky et al., 1998), demonstra como o comportamento humano é influenciado por uma panóplia de variáveis interligadas entre si, presentes no meio envolvente à pessoa, encontrando-se este último, por sua vez, em constante mudança. Todavia, para a presente dissertação, enquadrou-se o estudo do fenómeno da adoção, mais especificamente, a qualidade de vinculação entre a criança e os seus pais e os comportamentos associados, de acordo com a perspectiva da Teoria da Vinculação.

Segundo os modelos teóricos da vinculação, a compreensão dos padrões de adaptação criados pelas crianças adoptadas e respectivas famílias, passou por dois níveis diferentes, desde o caso da idade de adoção da criança ser inferior a um ano de vida, até ao caso da criança ter sido alvo de constantes mudanças de cuidador ou vivido em ambientes familiares abusivos ou negligentes, até à sua adoção (Steele, Hodges, Kaniuk, & Steele, 2010). Estudos demonstraram não só que crianças adoptadas com poucos meses de vida eram tão capazes de vinculações seguras às suas mães, comparativamente às crianças não adoptadas, como também que as crianças criadas até aos dois anos em instituições eram mais apegadas e difusas nas suas relações de vinculação, demonstrando, posteriormente, grandes dificuldades a nível socioemocional (van Ijzendoorn & Juffer, 2006; Juffer, Palacios, Le Mare, Sonuga-Barke, Tieman, Bakermans-Kranenburg, Vorria, van Ijzendoorn, Verhulst, 2011). Outras investigações revelaram que os comportamentos de vinculação indicadores de um crescimento seguro, tendiam geralmente a aumentar, ao longo do tempo, para as crianças adoptadas que permaneciam numa única família adoptiva (Juffer et al., 2011; Pace & Zavattini, 2011).

O processo de adaptação à adoção poderá ser para a vida, quer para os pais quer para as crianças, visto que juntos terão de enfrentar diferentes tarefas e desafios oriundos de cada um dos estádios do ciclo da vida familiar, tais como a questão da parentalidade adoptiva e/ou da infertilidade para os adoptantes, e a questão do estigma e perda para o adoptado (Brodzinsky & Brodzinsky, 1992; Brodzinsky et al., 1998, Juffer et al., 2011; van Ijzendoorn & Juffer, 2006), que se poderão perpetuar no tempo, mesmo após a fase da maioridade (Brodzinsky et al., 1998).

CAPÍTULO III: Vinculação, Adopção e outros Factores

O acolhimento institucional e o acolhimento pela adopção – quais os impactos no desenvolvimento da criança

As crianças adoptadas têm sido encaradas, ao longo dos tempos, como crianças difíceis, marcadas pelas suas experiências passadas quer em famílias abusivas, a nível físico e/ou psicológico, quer em orfanatos negligentes, quer pelo seu fundo genético ou problemas pré e pós-natais (van Ijzendoorn & Juffer, 2006; Johnson, 2002; Brodzinsky et al., 1998). Distintos estudos, referentes a crianças e jovens em situação de acolhimento, demonstraram como a instabilidade no dia-a-dia das crianças institucionalizadas, acarreta consequências negativas quer ao nível do desenvolvimento pleno das suas capacidades quer ao nível da sua saúde mental (Bruskas, 2010; van den Dries, van Ijzendoorn & Bakermans-Kranenburg, 2009).

Diversas são as áreas afectadas quando as crianças crescem em ambientes caracterizados pela má-nutrição e pela negligência, como por exemplo a nível do seu crescimento físico, mais especificamente défices a nível do peso, altura e diâmetro da cabeça (van Ijzendoorn & Juffer, 2006), apesar destes atrasos poderem ser ultrapassados com a adopção das crianças órfãs, tal como se pode observar nos estudos com adoptados romenos (Chisholm, 1998; Zeanah, Smyke, Koga, & Carlson, 2005) e com adoptados gregos (Metera Babies Center Study – Vorria, Papaligoura, Sarafidou, Kopakaki, Dunn, van Ijzendoorn & Kontopoulou, 2006).

As competências académicas e de desenvolvimento cognitivo apresentam-se como outra das áreas apontadas como foco de risco nas crianças adoptadas, pois apesar de a maioria conseguir superar as suas falhas a nível cognitivo e alcançar o sucesso académico, existe uma pequena percentagem de adoptados, especialmente aqueles acolhidos depois do seu primeiro ano de vida ou que sofreram experiências extremas de má-nutrição e negligência no passado, que acabam por apresentar baixos níveis académicos e mais problemas de aprendizagem quando comparados aos seus pares não adoptados (van Ijzendoorn & Juffer, 2005; Molina, 2004).

A auto-estima, inicialmente apontada como outro dos factores de risco no contexto de acolhimento e adopção, deixou de ser considerada como uma dimensão atingida, dado os resultados de vários estudos revelarem a ausência de diferenças entre os níveis de auto-estima

entre os adoptados e os não-adoptados, embora a literatura viesse a comprovar o contrário (van Ijzendoorn & Juffer, 2006; Juffer & van Ijzendoorn, 2007). Um desenvolvimento saudável da criança e um sentido de si como ser de valor dependem do suporte dado pelos pais para a construção de modelos internos seguros e positivos de si próprio, bem como das figuras de vinculação, especialmente como figuras emocionalmente disponíveis (Bretherton & Mulholland, 2008).

Outra área de desenvolvimento, preocupante nas crianças institucionalizadas, consiste na aquisição da confiança básica ao nível da relação, visto que, em contexto de acolhimento, se confrontarem inevitavelmente com a questão da perda da família biológica, o que, por sua vez, trará consequências para o modo como se relacionam com o outro (Bowlby, 1973/1985). Em termos relacionais é habitualmente verificado quer a amizade indiscriminada das crianças adoptadas, ou seja, o facto de estas crianças se ligarem tão facilmente a qualquer adulto estranho que interaja com elas (Chisholm, 1998), ou o desenvolvimento de Perturbações de Vinculação Reactivas (*Reactive Attachment Disorder - RAD*) (Pignotti, 2011; Zeanah et al., 2005) quer o desenvolvimento de vinculações desorganizadas ou inseguras (Vorria et al., 2006). Grande parte da literatura demonstra como as crianças adoptadas tendem a desenvolver mais vinculações do tipo inseguro ou desorganizado do que as crianças desde sempre criadas com as famílias de origem biológica (Juffer et al., 2011; van Ijzendoorn & Juffer, 2006; Vorria et al., 2006; Molina, 2004; Johnson, 2002; Brodzinsky et al., 1998), podendo tal dever-se à idade de adopção da criança (Julian, 2013; Molina, 2004), ao tempo de permanência na família adoptiva (Juffer & van Ijzendoorn, 2005), ao país de origem da criança (van den Dries, 2010) e ao tipo de adopção, internacional ou doméstica (van den Dries, 2010). Contudo, estudos comparativos entre crianças adoptadas e crianças institucionalizadas comprovaram uma tendência para um menor número de vinculações desorganizadas nos adoptados do que nos institucionalizados e ainda o dobro das classificações de vinculações seguras nos adoptados face ao grupo de comparação (Vorria et al., 2006; Zeanah et al., 2005), destacando assim a via da adopção como uma intervenção eficaz.

Mais recentemente, e dentro da mesma linha de investigação, encontra-se a tese de van den Dries (2010) que, num estudo assente na adopção internacional, corrobora a hipótese das crianças adoptadas apresentarem um desenvolvimento mais favorável das representações internas de vinculação quando comparados aos seus pares institucionalizados. Apesar de as crianças adoptadas apresentarem certos atrasos no respectivo desenvolvimento quando comparadas aos seus pares não-adoptados, a investigadora concluiu que a adopção da criança no seu primeiro ano de vida, leva a que a criança desenvolva posteriormente relações de

vinculação seguras tal como os pares não-adoptados (van den Dries, 2010). O estudo realizado por Torres e colaboradores (2012), vem igualmente reforçar a hipótese de que as crianças adoptadas apresentam modelos internos de vinculação mais seguros do que as crianças institucionalizadas e mais aproximados em relação à qualidade das representações internas apresentadas pelas crianças em meio familiar de vida.

Dentro da área de desenvolvimento socio emocional, a idade de adopção tem suscitado grande controvérsia entre os investigadores no que concerne à questão de ser ou não um factor preponderante no estabelecimento de relações de vinculação seguras. Por um lado, existem estudos que corroboram a hipótese de que a criança mais facilmente estabelece uma vinculação segura quando adoptada no primeiro ano de vida (Julian, 2013; ver van den Dries et al, 2009), por outro lado, investigações desenvolvidas na mesma linha, como os estudos de Pace e Zavattini (2011) e de Veríssimo e Salvaterra (2006), indicam a ausência de uma correlação entre a idade da criança no momento de adopção e a qualidade de vinculação estabelecida com a família adoptiva, isto é, na presença de uma figura de vinculação sensível, tanto surge a possibilidade de se estabelecerem boas relações na díade cuidador-criança como da criança adoptada desenvolver relações de vinculação seguras.

As crianças institucionalizadas podem experienciar, desde cedo, contextos precários que irão influenciar a sua trajectória de vida de forma negativa, pela escassez de cuidados e alternância constante de figuras cuidadoras. Deste modo, o processo de adopção deve ser reconhecido pela sua acção interventiva, na medida em que garante um seio familiar a crianças órfãs ou sem família biológica disponível e salvaguarda o desenvolvimento pleno das mesmas em todas as áreas de desenvolvimento afectadas ou que poderiam vir a ser afectadas, nomeadamente a nível cognitivo, comportamental e socio emocional, onde problemáticas, centradas na relação com os pares e na construção do *self*, se encontram comumente presentes (Sroufe, Egeland, Carlson & Collins, 2005; Sroufe, 2005).

Representações de vinculação e problemas de comportamento associados – a integração do contexto familiar adoptivo

Quando ocorre a transição para um ambiente familiar mais sensível e eficaz na resposta aos sinais e aproximações da criança, os modelos internos da mesma podem mudar, em função de experiências de vinculação correctivas que compensam as adversidades passadas e conseqüentemente modelam as expectativas e o comportamento da criança (Bowlby, 1973,1985; Sroufe et al., 2005). Apesar de alguma controvérsia entre investigadores

sobre as possíveis associações entre os modelos internos de relação com os cuidadores e o comportamento social dos adotados, os estudos apontam que, maioritariamente, devido a factores de risco anteriores à adopção como experiências de maus-tratos, de privação e negligência, as crianças adoptadas tendem a desenvolver modelos internos de vinculação mais desorganizados bem como a apresentar mais problemas de comportamento do que as crianças residentes com as famílias biológicas (p.e., Chisholm, 1998; Zeanah, Smyke, Koga, & Carlson, 2005; Vorria et al., 2006; ver van den Dries et al, 2009; Juffer et al., 2011).

Por conseguinte, é expectável que crianças que tenham vivenciado a perda dos pais e consequente institucionalização, venham, posteriormente, a apresentar dificuldades, na estruturação de relações de vinculação seguras às famílias adoptivas, para além de que quanto maior for a experiência da criança em contextos de privação, maior será o risco de vir a desenvolver padrões inseguros de vinculação e de vir a manifestar problemas de comportamento a nível interiorizado e/ou a nível exteriorizado (Juffer & van Ijzendoorn, 2005).

Um estudo de Lawrence, Carlson e Egeland (2006) demonstrou que as crianças recentemente deslocadas para instituições adoptivas desconhecidas acabavam por evidenciar mais problemas de comportamento comparativamente a crianças adoptadas, crianças residentes com as famílias de origem e crianças oriundas de ambientes hostis, levando à conclusão de que a ausência de bases seguras não só aumentava os níveis de ansiedade na criança como consequentemente resultava na externalização de comportamentos agressivos. Aliás, se se atentar aos estudos sobre a adopção internacional (ver Juffer & van Ijzendoorn, 2005), encontra-se que os adoptados por via internacional apresentam mais problemas de comportamentos no total, do tipo interiorizado e do tipo exteriorizado, quando comparados com os seus pares não-adoptados, apesar de as diferenças serem significativamente pequenas entre grupos, demonstrando assim uma boa adaptação, no geral, dos adoptados por via internacional. Os primeiros resultados obtidos poderão dever-se a características específicas das famílias adoptivas, como por exemplo o estatuto socioeconómico (Juffer & van Ijzendoorn, 2005).

Contudo, Hawk e McCall (2010) vêm argumentar os resultados obtidos na meta-análise de Juffer & van Ijzendoorn (2005), salientando que, ao se atentar a certas características da amostra de crianças adoptadas por via internacional (p.e., idade de adopção, experiência institucional, condições e severidade da instituição, períodos de privação de criação de vínculos), pode levar a novas inferências: a) no caso de as crianças serem adoptadas mais cedo, podem apresentar mais problemas de comportamentos internalizados do

que os pares não-adoptados; b) no caso de as crianças serem adoptadas mais tardiamente, tendem a apresentar mais problemas de comportamento exteriorizados do que os pares não-adoptados; c) existe uma percentagem maior de internalização e externalização de comportamentos nas crianças adoptadas, por via internacional, quando comparadas à amostra total de crianças não-adoptadas, do que o expectável na meta-análise anterior. A questão da influência da idade de adopção no desenvolvimento tardio de problemas de comportamento continua a suscitar ambiguidade entre investigadores, dado surgirem duas hipóteses prementes, ambas confirmadas por diferentes estudos, sendo que a primeira afirma que uma institucionalização em determinados períodos críticos da infância, como dos 6 aos 12 meses e dos 18 aos 24 meses, está associada ao desenvolvimento futuro de problemas de comportamento e a segunda, que as crianças tendem a manifestar posteriormente problemas de comportamento apenas quando expostas a condições precárias numa instituição de acolhimento num período de 6-18 meses nos primeiros 2/3 anos de vida (Hawk e McCall, 2010).

Por oposição, distintos estudos revelaram que após a integração em famílias adoptivas, um grande número de crianças adoptadas encontrou estratégias de adaptação aos novos contextos familiares, não apresentando nenhum aumento significativo de deficits a nível emocional ou mesmo de problemas de conduta (Palacios & Sánchez-Sandoval, 2005; Rutter, Kreppner & O'Connor, 2001). De acordo com Rutter e colaboradores (2001), as crianças romenas adoptadas internacionalmente não ostentaram uma maior incidência de problemas de comportamento de externalização e de internalização comparativamente às crianças por via de adopção nacional e integradas em famílias do Reino Unido em idades precoces. Noutro estudo (Palacios & Sánchez-Sandoval, 2005), não se verificaram igualmente diferenças significativas entre um grupo de crianças adoptadas e um grupo de crianças residentes com as famílias de origem, em relação à prevalência destes dois tipos de problemas de conduta.

Levantamento do problema e hipóteses

As experiências prévias à adopção aparentam deixar uma marca profunda na criança adoptada, chegando mesmo a condicionar a sua capacidade de confiança básica numa figura cuidadora. No entanto, vivências futuras num ambiente familiar seguro e o amor incondicional da por parte dos pais, promovem, em qualquer criança, uma extrema plasticidade e capacidade de adaptação a drásticas mudanças de contexto de desenvolvimento e uma extraordinária recuperação das circunstâncias adversas do passado (Koren-Karie et al.,

2013; Juffer et al., 2011; van Ijzendoorn & Juffer, 2006; Juffer et al., 2005; Brodzinsky & Brodzinsky, 1992).

Deste modo, após uma revisão teórica abrangendo alguns dos estudos mais relevantes na temática da vinculação em crianças e jovens que vivenciaram a situação de acolhimento institucional/familiar, será pertinente desenvolver uma investigação, na linha dos estudos de Pinhel e colaboradores (2009) e de Torres e colaboradores (2012), mas desta vez utilizando um grupo de crianças adoptadas ao invés de um grupo de crianças institucionalizadas, para comparação, dada a escassez de investigação empírica na temática em questão, relativamente à população portuguesa. Pelo que se levantam as seguintes hipóteses:

- a) É expectável que as narrativas das crianças adoptadas sejam menos seguras do que as das crianças residentes desde sempre com as famílias biológicas;
- b) É expectável que as crianças adoptadas venham a apresentar mais problemas de comportamento do que as crianças residentes com as famílias de origem.

Neste sentido, poder-se-ão comparar as representações de vinculação e os problemas de comportamento em crianças adoptadas e residentes, desde sempre, com as famílias de origem, de modo a responder à questão: Será que os diferentes contextos de proveniência da criança terão alguma repercussão no seu desenvolvimento emocional, comportamental e vincutivo?

CAPÍTULO IV: Método

Participantes

No presente estudo participaram 28 crianças, 12 do sexo feminino e 16 do sexo masculino, oriundas de creches/Jardins-de-Infância do concelho de Lisboa e Oeiras. As crianças apresentavam idades compreendidas entre os 38 e os 75 meses de idade ($M = 61,96$; $DP = 8,46$), sendo 67,9% de etnia Caucasiana e as restantes de etnia Africana ou de outras não especificadas. Dois grupos foram distinguidos para a realização do presente estudo, o Grupo das Crianças Adoptadas, composto por 10 crianças residentes com famílias adoptivas, e o Grupo de Controlo, constituído por 18 crianças residentes desde sempre com as famílias de origem biológica. Encontra-se igualmente, no grupo dos adoptados, mais sujeitos do género feminino (60%), enquanto no grupo de controlo, mais crianças do género masculino (66,7%). As habilitações literárias dos pais dos sujeitos da presente amostra apresentam-se bastante variadas, sendo que as mães variam entre o Ensino Secundário até ao Mestrado, encontrando-se uma maioria de 74,1% com Licenciatura, enquanto os pais se encontram num leque desde o 2º ciclo até ao Mestrado, encontrando-se uma maioria de 50% dos sujeitos com Licenciatura.

Por questões legais, não houve oportunidade de recolher mais dados relativos ao historial de pré-adoção ou a mais características das crianças adoptadas e das respectivas famílias adoptivas.

Delineamento e análise de dados

A presente investigação consiste num estudo explanatório (Robson, 1999) e causal-comparativo (Campbell & Stanley, 1966), dado ter por objectivos corroborar relações já existentes na literatura e avaliar, num único momento, as representações de vinculação e os problemas de comportamento associados em dois grupos distintos, um grupo de crianças adoptadas e um de crianças que residem com as respectivas famílias de origem (Grupo de Controlo). Deste modo, a variável independente, no presente estudo, será o contexto de proveniência da criança, operacionalizada em adopção e família de origem, enquanto as variáveis dependentes serão o tipo de vinculação (segura, insegura e desorganizada) e os problemas de comportamento (agressivo, de isolamento e de problemas de atenção). Para a análise estatística, recorreu-se primeiramente à verificação da consistência interna e adequação das medidas, determinar estatísticas descritivas e testar possíveis efeitos de

variáveis socio-demográficas e do foro linguístico. Numa fase posterior, adoptaram-se análises de variância, ANOVA, para comparação dos dois grupos, Adoptados e Controlo, e em função do género, no sentido de compreender as diferenças entre grupos relativamente às representações de vinculação e aos problemas de comportamento, distinguidos nas dimensões Problemas de Externalização e Problemas de Internalização.

Instrumentos

Na presente investigação utilizaram-se cinco instrumentos para recolha de dados, como o Questionário de Identificação Familiar e da Criança, o Questionário de Informação Pré-Adopção, o CBCL, o ASCT e o WPPSI.

O primeiro instrumento, direccionado aos pais, visa a recolha de toda a informação necessária de caracterização das crianças e respectivas famílias, possibilitando a averiguação da heterogeneidade das amostras estudadas. Neste questionário encontram-se variáveis de caracterização referentes à criança, tais como a idade (em meses), o género, a etnia, o número de irmãos, se é o primeiro filho, a idade de início de frequência de creche/jardim-de-infância/ama (meses) e as horas passadas nesta instituição. As variáveis de caracterização relativas aos pais são o estado civil, a idade, nacionalidade, etnia e habilitações literárias do pai/mãe. Outras informações também são requeridas, nomeadamente a nível da situação profissional de cada uma das figuras parentais, onde se inquiri a presença/ausência de trabalho, o número de horas laboral e o rendimento mensal, e a nível da constituição do agregado familiar da criança.

O segundo instrumento, direccionado apenas aos cuidadores das crianças adoptadas, visa a recolha de informações relativa ao contexto de vivência da criança prévio à actual adopção. O questionário apresenta no topo um cabeçalho, no qual se inquiri dados como a data em que foi preenchido, o código da criança (geralmente as iniciais dos nomes da criança), a idade (em meses), o sexo, a escolaridade, a idade em que foi adoptada (em meses), problemas de saúde existentes, e observações relativas à criança que os pais queiram divulgar. A estrutura do questionário encontra-se dividida em duas partes, sendo a primeira relativa às condições das famílias/instituições que a criança integrou, caso tenha integrado, na pré-adopção, e na qual primeiramente se inquiri o número de famílias/instituições, incluindo a família de origem, e posteriormente se prossegue a um pedido de explicitação das condições das mesmas, assentes nas variáveis tempo de residência (período em meses); condições físicas e materiais da família/instituição, avaliada numa escala tipo-Likert de quatro opções (0 –

“Qualidade má” a 3 – “Qualidade muito boa”); número de cuidadores por criança, avaliada numa escala tipo Likert de quatro opções (0 – “Muito insuficiente” a 3 – “Muito adequado”); a negligência emocional total sofrida pela criança na família/instituição, avaliada numa escala tipo Likert de quatro opções (0 – “Nenhuma” a 3 – “Muito grave”); as condições físicas e materiais das famílias/instituições prévias, em regime de resposta aberta; e os motivos de retirada da criança da família de origem; possibilitando cinco opções de resposta: Maus-tratos físicos; Negligência; Morte de um ou ambos os pais; Abandono pela própria família; e Outros. É dada a opção de descrição de até 3 famílias/instituições que a criança tenha integrado em contexto pré-adopção, possibilitando-se igualmente a opção de resposta “NS” em todas as questões, caso o indivíduo não tenha informações suficientes para responder. A segunda parte do questionário remete para a avaliação global de severidade, inferida a partir de duas variáveis, a negligência emocional total sofrida em pré-adopção e a privação material em pré-adopção, avaliada numa escala tipo-Likert de cinco opções (0 – “Nenhuma” a 4 – “Muito grave”), com a possibilidade de resposta “NS” em caso de ausência de informação suficiente.

No caso do terceiro instrumento, o Questionário de Comportamentos da Criança – *Child Behavior Checklist* (CBCL) (Achenbach, 1991 – adaptação portuguesa de Fonseca, Simões, Almeida & Dias, 1994; cit. por Martins, 2010), apresenta-se como um questionário entregue aos pais/cuidadores, de modo a que facultem dados referentes às actividades, competências, problemas e aspectos comportamentais dos seus filhos. Apesar do inquérito ser composto por duas partes, apenas se recorreu à segunda parte constituída por oito escalas para a avaliação de perturbações de comportamento - *Isolamento, Queixas somáticas, Ansiedade/Depressão, Problemas Sociais, Problemas de Atenção, Problemas de Pensamento, Comportamento Agressivo e Comportamento Delinvente* - de 112 itens ao todo, e das dimensões de internalização e de externalização, sendo depois na análise de dados, seleccionadas apenas as escalas de *Isolamento, Comportamento Agressivo e Problemas de Atenção* para o presente estudo. O preenchimento da prova é realizado consoante uma escala de Likert de 3 pontos operacionalizada em 0, “Não verdadeira”, 1, “Às vezes verdadeira” e 2, “Muitas vezes verdadeira”.

Quanto ao quarto instrumento, a Tarefa de Completamento de Histórias de Vinculação – *Attachment Story Completion Task* (ASCT) (Bretherton, Ridgeway, & Cassidy, 1990; Adaptação Portuguesa pela UIPCDE-ISPA – Maia, Veríssimo, Ferreira, Santos, Silva & Fernandes, 2009), propõe-se a identificar diferenças individuais na forma como as crianças tendem a encenar uma panóplia de situações relacionadas com a vinculação. Este instrumento,

destinado a crianças em idade pré-escolar num intervalo dos 3 aos 6 anos, abrange cinco histórias (*História do sumo entornado*; *História do joelho magoado*; *História do monstro no quarto*; *História da partida*; *História do reencontro*) iniciadas pelo entrevistador e continuadas e finalizadas pela criança com recurso a uma família de bonecos moldáveis e outros adereços (Maia et al., 2009).

Ao principiar-se o ASCT, apresenta-se uma primeira narrativa como exemplo, a *História do Aniversário*, que consiste num cenário de festa em família à mesa com um bolo de anos para um dos filhos, e com o intuito de a criança se familiarizar com o processo e conhecer-se o seu “estilo narrativo”. No desenrolar de cada uma das cinco posteriores narrativas, a criança depara-se com um dilema central e ao qual tem de dar solução enquanto articula com representações previamente estabelecidas sobre a vinculação, sendo assim os dilemas colocados: *História do sumo entornado* – a criança, enquanto almoça com a família, deita acidentalmente ao chão um copo de sumo perante a mãe (figura de vinculação num papel de autoridade); *História do joelho magoado* – passeio no parque, com desenrolar de um cenário de queda do filho protagonista do alto de uma rocha (activação dos comportamentos de vinculação e resposta parental à dor da criança); *História do monstro no quarto* – situação em que o filho protagonista dá as boas noites aos pais, tendo chegado a hora dele de ir para a cama, e que no quarto se depara com o apagar repentino da luz, ouvido um barulho forte e sendo avisado pelo entrevistador que existe um monstro no quarto (medo como indutor de comportamentos de vinculação e protecção); *História da partida* – cenário de despedida dos pais dos filhos, no qual dizem que irão partir em viagem e que estes últimos ficarão à guarda da vizinha (figura introduzida apenas nas duas últimas narrativas) até ao seu retorno (presença/ausência de estratégias de *coping* perante a ansiedade de separação); *História do reencontro* – a criança é informada pelo entrevistador que já passou um dia desde a saída dos pais, encenando-se com a vizinha o aviso aos dois irmãos de que os pais estavam a regressar da viagem (reações pós-retorno) (Bretherton, Ridgeway, & Cassidy, 1990).

A criança cria narrativas seguras e coerentes quando encontra uma solução adequada para o problema enquanto se expressa de modo fácil e coerente, mas já quando evita a questão central ou dá uma hipótese desadequada de solução, reflecte insegurança na sua narração. Podemos igualmente encontrar presente a desorganização do comportamento quando os bonecos são manuseados de forma inadaptada (p.e., atirados para o chão) perante cenários catastróficos e de soluções desadequadas. Em relação à análise e cotação das narrativas, dois critérios foram tidos em consideração, nomeadamente a *Segurança de vinculação*, cotada a partir de uma escala variável entre 1 (desorganizado) a 8 (muito seguro), e a *Coerência da*

narrativa, também numa escala de 8 pontos (1 – extremamente incoerente a 8 – muito coerente) (Maia et al., 2009), sendo o processo de avaliação das histórias realizado por investigadores previamente treinados e que não participaram na recolha de dados.

Por fim, a *Wechsler Preschool and Primary Scale of Intelligence Revised* (WPPSI-R; Weschler, 1989; Portuguese version of Seabra-Santos et al., 2003), direccionada a uma faixa etária dos 3 aos 6 anos e 6 meses, foi utilizada com o intuito de demarcar a influência das capacidades cognitivas verbais na construção das narrativas das crianças, sendo que apenas se utilizaram as provas verbais. A escala WPPSI-R consiste numa escala de inteligência constituída por onze provas (seis verbais - *Informação, Vocabulário, Aritmética, Semelhanças e Compreensão* - e cinco de realização – *Composição de objectos, Figuras Geométricas, Quadrados, Labirintos e Completamento de Gravuras*) e permite o acesso às aptidões mentais das crianças e a avaliação o seu funcionamento intelectual (QI global), subdividido em duas vertentes, o QI verbal e o QI de realização (Weschler, 1989). Duas provas opcionais integram igualmente o WPPSI-R, sendo uma prova de realização, o Tabuleiro dos Animais, e uma prova verbal, as Frases memorizadas.

Procedimentos

O projecto de investigação que permitiu a recolha de dados para a presente tese apresenta-se pelo nome de “*Bases hormonais das ligações sociais aos pais e aos pares em crianças de idade pré-escolar*” e visa o estudo comparativo do desenvolvimento social de crianças entre os 3 e os 5/6 anos, adoptadas e não-adoptadas, que frequentem o ensino pré-escolar. Este projecto é financiado pela Fundação Bial, ISPA— Instituto Universitário e Washington State University e direccionado pela equipa de investigação constituída pelos seguintes elementos, Prof. Doutor Nuno Torres, Prof. Doutora Manuela Veríssimo, Prof. Doutor Jaak Panksepp, Prof. Doutor António J. Santos, Prof. Doutora Lígia Monteiro e Dra. Mafalda Figueiredo.

Os primeiros três instrumentos utilizados para o desenvolvimento do presente estudo, o Questionário de Identificação Familiar e da Criança, o Questionário de Informação Pré-Adopção e o CBCL, foram preenchidos pelas figuras parentais, sendo o segundo questionário entregue apenas aos pais das crianças adoptadas. Por questões legais, as informações recolhidas no Questionário de Informação Pré-Adopção não puderam ser utilizadas no presente estudo.

A aplicação dos dois últimos instrumentos, o ASCT e o WPPSI, teve ocorrência no Jardim de Infância, numa sala disponibilizada para o efeito, ou no domicílio dos participantes, consoante a disponibilidade das crianças e procedendo-se entre o entrevistador e a criança numa interacção face-a-face enquanto estavam sentados a uma mesa. As aplicações das tarefas foram realizadas com cada criança individualmente e por membros, previamente treinados, internos e externos à equipa de investigação.

No procedimento do uso do ASCT, inicia-se cada uma das narrativas, num tom dramatizado com o auxílio dos bonecos e adereços, e finaliza-se com um incentivo por via verbal à criança, “Mostra-me e conta-me o que acontece agora”, e via física, ou seja, empurrando os bonecos em direcção à mesma. Ao longo da narração da criança, e caso esta não seja explícita sobre o estado emocional da criança protagonista, colocam-se questões, sem interromper a fluência do discurso da mesma, e de modo a aprofundar também o conhecimento emocional adquirido pela criança. O estimular da criança para que finalize a sua história, como por exemplo através da expressão “Como é que a tua história acaba? É este o fim?”, revela-se igualmente um passo importante no cumprimento dos objectivos adjacentes ao instrumento em questão. As cinco narrativas foram gravadas em vídeo, resultando numa média de meia hora para o completamento da tarefa. A análise e cotação foi posteriormente executada por investigadores treinados para o efeito, não envolvidos na recolha de dados, sendo o acordo inter-observadores alcançado deveras satisfatório (K total *segurança* = .70 e K total *coerência* = .76).

Após a recolha de dados do QI verbal de cada criança, procedeu-se, numa fase posterior, à cotação das respostas registadas nas folhas estabelecidas para o efeito. A cotação da prova desenvolveu-se de acordo com as normas do manual, o qual explicitava quais os requisitos necessários para a atribuição de uma dada cotação em cada item de cada subteste, com o intuito de se obter os totais brutos das cinco provas. Com a transformação em resultados normalizados, adequados à idade da criança, procedeu-se a um somatório para uma última transformação em QI verbal.

CAPÍTULO V: Resultados

Para a realização das análises estatísticas descritivas e inferenciais, recorreu-se ao *software* PASW Statistics 22 (SPSS Inc, Chicago, IL). Previamente à execução de todos os testes constituintes da presente análise, procedeu-se à confirmação necessária dos pressupostos de utilização dos mesmos. Os resultados dos testes serão considerados significativamente estatísticos unicamente quando corresponderem ao critério de serem portadores de um *p-value* inferior ou igual a 0,05.

A seguinte análise estatística, envolvendo os resultados obtidos no instrumento ASCT é proveniente de apenas 26 crianças da amostra inicial (N total = 28), pela razão de duas crianças não terem conseguido completar as tarefas propostas, devido ao seu nível etário precoce.

Para analisar a fidelidade do presente instrumento, recorreu-se ao cálculo do *alpha de Cronbach* (cit. por Maroco e Bispo, 2005), obtendo-se valores significativos de uma boa consistência interna, $\alpha_c = .76$ e $\alpha_s = .70$, para os dois critérios em avaliação, a coerência e a segurança das representações de vinculação respectivamente. Através da correlação de Pearson entre os valores médios obtidos pelos participantes em termos de segurança e coerência nas respectivas narrativas, verificou-se a existência de uma correlação significativamente alta entre ambos ($r = .99$, $p < .01$), o que possibilita o recurso apenas à dimensão da Segurança nas análises posteriores.

Com recurso à análise de variâncias, verificou-se a ausência de diferenças entre os grupos de crianças adoptadas e das crianças em meio de origem biológica ao nível do valor de segurança total ($F(1,26) = .48$, $p = .49$), sendo os valores médios de segurança das representações de vinculação do grupo das crianças adoptadas ($M = 3.71$) e do grupo das crianças de origem biológica ($M = 4.77$) muito aproximados (ver Tabela 1).

Após a corroboração da validade discriminativa dos valores obtidos no ASCT com factores de foro linguístico e desenvolvimental, verificou-se, através de uma análise assente no cálculo das correlações de Pearson entre as variáveis em questão, uma ausência de associações significativas entre a segurança total e o Q.I. Verbal ($r = .15$, $p = .48$) e entre a segurança total e a faixa etária das crianças ($r = .34$, $p = .09$), como pode ser observado na Tabela 1. A ausência de correlações significativas aponta que as pontuações obtidas nas histórias ao nível da Segurança da vinculação não são influenciadas pela capacidade verbal e idade dos sujeitos.

TABELA 1

Correlações entre os valores de segurança no *Attachment Completion Task* e as variáveis idade e QI verbal

	ASCT (Segurança na vinculação)
WPPSI (Q.I. Verbal)	,15
Idade	,34

A análise desenvolvida relativamente aos problemas de comportamento, através de uma ANOVA, centrou-se numa comparação dos valores médios obtidos pelo Grupo dos Adoptados e pelo Grupo de Controlo nas escalas do CBCL, que compõem a dimensão de Problemas de Internalização (I+II+III+IV) e a dimensão de Problemas de Externalização (VI+VII). De acordo com a análise de variâncias, não foram encontradas diferenças significativas entre os grupos supracitados quer ao nível da dimensão de Problemas de Internalização ($F(1,25)=.54$, $p = .47$) quer ao nível da dimensão de Problemas de Externalização ($F(1,25)=.10$, $p = .75$). Pode-se observar, no entanto, na Tabela 2, a presença de valores médios superiores reportados para o Grupo dos Adoptados ($M = 12.56$) na dimensão Problemas de Externalização em relação ao Grupo de Controlo ($M = 11,61$), enquanto inversamente se podem verificar a presença de valores médios superiores do Grupo de Controlo ($M = 7.5$) na dimensão Problemas de Internalização relativamente ao Grupo dos Adoptados ($M = 6$). Apesar da pequena diferença entre os valores médios obtidos para ambos os grupos, nas dimensões de Problemas de Internalização e de Externalização, a presença de valores mais altos para o Grupo dos Adoptados, ao nível da dimensão da Externalização, vai ao encontro de estudos realizados previamente e referenciados por exemplo na meta-análise de Hawk e McCall (2010).

TABELA 2

Médias e desvios-padrão, valor de z para diferenças de médias e probabilidade para as variáveis em estudo nos Grupos Adoptados e Controlo

	Grupo Adoptados	Grupo Controlo	z	p
ASCT (Segurança da vinculação)	3.71 (4.53)	4.77 (4.71)	.48	.49
CBCL (Problemas de Internalização)	6 (3.32)	7.5 (5.65)	.54	.47
CBCL (Problemas de Externalização)	12,56 (3,68)	11,61 (8,49)	.10	.75

A segurança da vinculação foi ainda analisada em função do género através de uma análise de variâncias, concluindo-se que os rapazes apresentavam valores de segurança, em média, no ASCT superiores ($M = 5.51$; $DP = .68$; $n = 15$) aos apresentados pelas raparigas ($M = 5.32$; $DP = .61$; $n = 11$), apesar de não serem diferenças significativas ($F(1,24) = .54$, $p = .47$).

Em relação aos problemas de comportamento, os resultados obtidos na análise de variâncias em função do género também não apontam a existência de diferenças significativas entre ambos os grupos, relativamente ao valor total de problemas de comportamento ($F(1,35) = .39$, $p = .54$), que engloba os problemas de comportamento de internalização e os problemas de comportamento de externalização, nem diferenças significativas ao nível das três escalas representativas de problemas de comportamento, como na Escala de Comportamentos de Isolamento ($F(1,25) = .51$, $p = .48$), na Escala de Problemas de Atenção ($F(1,25) = 2.29$, $p = .14$) e na Escala de Comportamentos Agressivos ($F(1,25) = .52$, $p = .48$), como se pode verificar na Tabela 3.

TABELA 3

Médias e desvios-padrão, valor de z para diferenças de médias e probabilidade para as variáveis em estudo em função do género

	Sexo Feminino	Sexo Masculino	z	p
ASCT (Segurança da vinculação)	5,32 (,61)	5,51 (,68)	,54	,47
CBCL (Total de Problemas Int. e Ext.)	46,83 (8,33)	49,07 (9,97)	,39	,54
CBCL (E.C. Isolamento)	1,17 (1,12)	,88 (1,06)	,51	,48
CBCL (E. Problemas de Atenção)	3,00 (2,09)	1,93 (1,58)	2,29	,14
CBCL (E.C. Agressivo)	8,58 (4,80)	10,33 (7,26)	,52	,48

CAPÍTULO VI: Discussão

“A Criança que fui chora na estrada
Deixei-a ali quando vim ser quem sou;
Mas hoje, vendo que o que sou é nada,
Quero ir buscar quem fui onde ficou”

Fernando Pessoa, *Fernando Pessoa - Sua vida - Seus poemas*

Os primeiros anos de vida da criança assumem-se como fundamentais na plena formação da criança em todas as dimensões da sua vida, quer ao nível das suas múltiplas capacidades físicas, cognitivas e socio - emocionais quer ao nível da sua identidade e relação consigo própria, com o outro e com o mundo. Por conseguinte, o alcance do pleno desenvolvimento nas várias capacidades inerentes ao ser humano irá depender das primeiras relações estabelecidas pelas crianças com as figuras de vinculação (Bowlby, 1969/1990). Os cuidadores primários serão, desta forma, os detentores do papel principal em todo o processo de vivência da criança, e em particular nos primeiros contactos desta com o mundo relacional, podendo proporcionar-lhe vivências seguras e reconfortantes para as quais possa sempre voltar, quando, no futuro, face às vicissitudes da vida se sentir perdida ou como “nada”, como menciona Pessoa.

Posto isto, e recordando o principal objectivo desta investigação, ambiciona-se saber se diferentes contextos de proveniência da criança, em particular o meio familiar adoptivo, teriam alguma repercussão no respectivo desenvolvimento emocional, comportamental e vinculativo. Deste modo, recorreu-se a instrumentos centrados na avaliação do tipo de representações de vinculação estruturadas e na avaliação de aspectos comportamentais, em grupos de crianças adoptadas e de crianças residentes desde sempre com as famílias de origem.

Os resultados obtidos apontam para a não existência de diferenças entre os conteúdos das narrativas produzidas pelas crianças em meio familiar adoptivo e as histórias elaboradas pelas crianças em meio familiar de origem, observando-se assim valores semelhantes, entre grupos, nas dimensões de segurança e de coerência das representações de vinculação. Deste modo, a sustentação empírica obtida vem refutar a primeira hipótese estipulada, levando à

conclusão de que as crianças adoptadas são tão capazes de desenvolver representações de vinculação segura como as crianças residentes desde sempre com as famílias de origem. Os presentes resultados encontram sustento teórico em vários estudos nomeadamente de Zeanah e colaboradores (2005), Vorria e colaboradores (2006), van Ijzendoorn e Juffer (2006), van den Dries (2010) e Torres e colaboradores (2012), salientando-se assim, mais uma vez, a via da adopção como uma intervenção eficaz para um desenvolvimento mais favorável de representações de vinculação seguras, podendo chegar a equipararem-se às estruturadas pelos pares não-adoptados. Aliás, se se retornar às primeiras investigações realizadas por Bowlby (1969/1990; 1973/1990) e Ainsworth (Blehar et al., 1977; Ainsworth, 1989), encontra-se um grande foco centralizado na necessidade da criança vivenciar uma relação íntima, afectuosa e estável no tempo, como principal impulsionador do crescimento e amadurecimento da criança em todas as dimensões. Consequentemente, quando proporcionada por figuras de vinculação com boas capacidades ao nível da sensibilidade e responsividade, o vínculo criado irá reflectir o exercício dessa parentalidade adequada, a longo prazo, em vários aspectos, nomeadamente no estabelecimento de relações futuras seguras, com base na relação primária, na sua formação enquanto adulto autónomo e na garantia da sua saúde mental (Stroufe et al., 2005; Salvaterra, 2014).

Em relação aos factores linguísticos e desenvolvimentais, não foi encontrada uma associação significativa entre o Q.I. verbal e a segurança na representação da vinculação, demonstrando assim que o instrumento ASCT não está a medir as capacidades cognitivas verbais. A inexistência similarmente de uma correlação significativa entre a idade das crianças e a segurança das narrativas de vinculação elaboradas pelas mesmas, reforça, por sua vez, a hipótese de que a qualidade das representações de vinculação da criança não depende da faixa etária em que esta se encontra, tal como demonstrado em estudos realizados por Pace e Zavattini (2011) e por Veríssimo e Salvaterra (2006). De facto, estudos igualmente elaborados nesta vertente vêm, do mesmo modo, suportar os dados obtidos e acrescentar ainda que a existência/ ausência de representações de vinculação do tipo seguro pode depender, não da idade da criança, mas antes das capacidades da figura de vinculação para responder aos sinais da criança, tais como a sensibilidade e atenção disponibilizada, desde o primeiro contacto com a mesma (Bowlby, 1980/1990; Goodman et al., 1998; Bost et al., 2006; Oppenheim et al., 2007).

No que concerne à análise estatística de diferenças de problemas de comportamento entre os grupos em estudo, observa-se que as crianças adoptadas aparentam tender para valores mais elevados na dimensão da Externalização enquanto as crianças não-adoptadas

aparentam uma maior tendência para a dimensão da Internalização, porém deve-se destacar que as diferenças encontradas não apresentam significância estatística. Outras investigações efectuadas sobre a temática dos problemas de comportamento em contexto de adopção (Palacios & Sánchez-Sandoval, 2005; Rutter, Kreppner & O'Connor, 2001) corroboram, do mesmo modo, a inexistência de uma maior incidência de problemas de conduta da parte das crianças adoptadas quando comparadas aos seus pares não-adoptados, salientando-se assim o facto de as crianças adoptadas possuírem as capacidades necessárias para se adaptarem e criarem estratégias flexíveis às condições do novo ambiente familiar adoptivo.

Porém, a ligeira diferença entre os tipos de problemas de comportamentos encontrados para cada grupo, é igualmente verificada nas investigações de Hawk e McCall (2010) e de Wiik, Loman, van Ryzin, Armstrong, Essex, Pollak & Gunnar (2011) e com significância estatística, contudo uma das justificações evidenciadas pelos autores do primeiro estudo para a obtenção dessa significância assenta num cuidado antecipado no momento da recolha da amostra, que consistiu na averiguação de determinadas características das crianças adoptadas como por exemplo a idade de adopção, a experiência institucional, condições e severidade da instituição e períodos de vivência de pobreza afectiva. Wiik e colaboradores (2011) propõem ainda, para além dos dados já expostos como justificação, a influência dos factores genéticos e pré-natais (e.g., má-nutrição, stress maternal, consumo substâncias) das crianças adoptadas e o estilo relacional dos pais adoptivos *à posteriori*, que poderá levar a manutenção ou desenvolvimento de problemas de conduta para os quais a criança adoptada já tinha tendência. Consequentemente, uma das limitações que podemos apontar ao presente estudo consiste na reduzida variabilidade do tipo de amostra, em particular a carência de informação sobre as crianças adoptadas e respectivo historial pré-adopção, que se apresenta como um obstáculo ao levantamento de novas hipóteses e à fundamentação/explicação dos resultados obtidos, como por exemplo, se a ausência/presença de um historial de eventos stressantes/traumáticos no passado da criança adoptada irá influenciar a qualidade das representações de vinculação e/ou a inexistência/frequência de problemas de comportamento associados (ver estudos van den Dries, et al., 2009; Bruska, 2010).

Analogamente, não foram identificadas diferenças entre os rapazes e as raparigas em termos da segurança das representações de vinculação obtidas através do ASCT, nem em termos dos problemas de comportamento, nem em relação ao valor total de problemas de comportamento, composto por problemas de internalização e dos problemas de externalização, ou mesmo em relação às três escalas comportamentais em particular, ou seja a Escala de Isolamento, a Escala de Atenção e a Escala de Comportamentos Agressivos, tal

como evidenciado pela maioria da investigação teórica (Gloger-Tippelt, Gomille, Koenig & Vetter, 2002; Miljkovitch, Pierrhumbert, Bretherton & Halfon, 2004; Moss, Cyr & Dubois-Comtois, 2004; Miljkovitch, Pierrhumbert & Halfon, 2007; Torres e colegas, 2012; Le Mare & Audet, 2014).

Uma das limitações presentes neste estudo consiste na reduzida dimensão amostral (N=28), especialmente no grupo dos adoptados (n=10), o que contribui para a restrição do levantamento de determinadas hipóteses assentes em modelos de mediação e moderação entre as variáveis em investigação, como por exemplo, avaliar se a relação entre o contexto de proveniência da criança (meio familiar adoptivo vs meio familiar de origem) e os problemas de comportamento da mesma é mediada pela segurança das representações de vinculação, como proposto, a título de exemplo, no estudo de Torres e colegas (2012). Outra das limitações a salientar encontra-se relacionada com a omissão das escalas de Ansiedade e de Depressão do instrumento CBCL, por motivos de restrição dos recursos financeiros, e já referida igualmente no estudo de Pinhel e colaboradores (2009). A não avaliação de sintomas de depressão e ansiedade acaba por circunscrever os problemas de comportamento internalizantes apenas à análise da dimensão do isolamento social, o que empobrece e dificulta um estudo mais aprofundado da variável problemas de comportamento. Por fim, o recurso a uma amostragem por conveniência poderá tornar-se similarmente uma limitação ao presente estudo, visto que ao seleccionar-se exclusivamente crianças na faixa etária entre os 3 e os 6 anos de idade, aproximadamente, e residentes nos concelhos Lisboa e Oeiras, dificultará o acesso a dados representativos da população portuguesa.

Relativamente ao desenvolvimento de projectos futuros, com base na presente investigação, podemos referir, a nível metodológico o aumento da dimensão amostral e uma maior abrangência de características essenciais ao aprofundamento das temáticas em estudo, nomeadamente a recolha das informações relacionadas com as crianças adoptadas. O recurso a um terceiro instrumento de avaliação dos problemas e aspectos comportamentais das crianças, para além do CBCL, que é exclusivamente preenchido pelos pais em contexto familiar, seria igualmente interessante, no sentido em que o recurso a uma terceira opinião, como por exemplo a de um educador em contexto de creche/jardim-de-infância, permitiria uma visão mais abrangente da conduta da criança, proveniente de uma figura sem parentesco/externa à família da criança, para além do ambiente familiar conhecido. O CTRF (Caregiver-Teacher Report Form) apresenta-se como um instrumento de avaliação semelhante ao CBCL, em termos de formato de questionário, com a variante de apresentar questões direccionadas ao professor/educador sobre situações vivenciadas em contexto de

creche/jardim-de-infância (Achenbach, 1997; 2001; cit. by Combs-Ronto, Olson, Lunkenheimer, & Sameroff, 2009). Outro projecto de interesse seria o recurso a estudos longitudinais para além da abordagem transversal utilizada nesta investigação, assentes em reavaliações posteriores e em diferentes estágios do desenvolvimento, no sentido de se averiguar, para a população portuguesa, a estabilidade da segurança das representações de vinculação e a ocorrência de problemas de conduta nas crianças adoptadas (ver estudos van den Dries, et al., 2009; Bruskas, 2010).

Do mesmo modo, outra proposta de projecto futuro, seria desenvolver um estudo dentro da mesma linha de investigação apresentada nesta tese, com a variante de se inserir uma outra variável, o historial de eventos stressantes/traumáticos da criança adoptada, dado existirem vários autores que destacam que as experiências traumáticas previamente vividas com as famílias biológicas/cuidadores primários ou aquando da fase de transição do ambiente familiar para dentro do sistema, a saber situações de abuso ou negligência, podem originar consequências negativas ao nível da saúde mental das crianças visadas (Menard, Bandeen-Roche, & Chilcoat, 2004; van den Dries et al., 2009; Bruskas, 2010). Futuras pesquisas poderão igualmente ser desenvolvidas no sentido de se compreender se os estilos relacional e parental dos pais adoptivos poderão ter algum impacto no modo como a criança adoptada desenvolve representações de vinculação seguras e, com que frequência apresenta problemas de conduta (van den Dries et al., 2009; Bruskas, 2010; Wiik e colaboradores, 2011).

Perante as conclusões alcançadas na presente investigação, podemos inferir como implicação teórica decorrente, o enriquecimento da literatura existente sobre a temática do desenvolvimento emocional, comportamental e vincutivo das crianças residentes em meio familiar adoptivo, especialmente ao nível do contexto de adopção em Portugal, apesar dos dados obtidos não poderem ser considerados representativos da população portuguesa, devido à reduzida dimensão amostral. Várias implicações práticas podem também ser extrapoladas, nomeadamente o enfoque na importância de um ambiente familiar seguro, acolhedor, afectivo e promotor do pleno desenvolvimento da criança a nível físico, cognitivo e socioemocional, e as consequências positivas provenientes da inserção da criança carenciada numa família adoptiva que a deseje, nomeadamente a ausência de divergências das representações de vinculação estruturadas e dos problemas de conduta apresentados pelas crianças adoptadas comparativamente aos resultados apresentados pelos pares não-adoptados. Outra das implicações práticas consiste na necessidade de se investir em intervenções junto das famílias adoptivas, no sentido de auxiliar os pais adoptivos no desenvolvimento das suas capacidades de sensibilidade e responsividade aos sinais e comportamentos da criança e na criação de

estratégias de redução do stress e ansiedade potencialmente expostos pela mesma (Juffer & van Ijzendoorn, 2005; Fisher, Gunnar, Dozier, Bruce, & Pears, 2006). Deste modo, os pais adoptivos poderão proporcionar um ambiente mais equilibrado e potenciar os recursos necessários para corresponder às necessidades básicas, relacionais e afectivas da criança, favorecer a criação de vínculos seguros e estáveis no tempo, colmatar falhas anteriores no seu crescimento e prevenir o risco de psicopatologia proveniente de possíveis eventos traumáticos passados relacionados com situações de abuso e negligência do adoptado (Menard, Bandeen-Roche, & Chilcoat, 2004; van den Dries et al., 2009; Bruskas, 2010).

Em suma, a integração de um novo ambiente familiar, completamente desconhecido, e o confronto com todo um novo mundo de pessoas, rotinas e circunstâncias diferentes, assume-se como um grande desafio para a criança adoptada, já marcada, na maioria das vezes, por uma trajectória de vivências de perda e de trauma (van den Dries et al., 2009; Bruskas, 2010; Salvaterra, 2014). Contudo, a adopção surge como a oportunidade de um novo começo e como um curativo para as feridas emocionais deixadas nestas crianças por um passado instável e difícil, instigando assim a família adoptiva “a funcionar como agente terapêutico”, na cura do sofrimento através da disponibilização de todo o amor e protecção necessários (p. 69; Salvaterra, 2014). O estudo desenvolvido na presente tese vem corroborar igualmente a eficácia da “terapia via família adoptiva”, dado o grupo das crianças adoptadas analisado não apresentar diferenças ao nível da segurança das representações de vinculação e dos problemas de comportamento associados quando comparado aos pares residentes em meio familiar de origem, o que reforça mais uma vez a capacidade das crianças para progredirem favoravelmente nos aspectos relacionais, vinculativos e comportamentais inerentes ao seu crescimento e formação enquanto pessoas.

“Não existe revelação mais nítida da alma de uma sociedade do que a forma como esta trata as suas crianças.”

Nelson Mandela

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ainsworth, M. D. S. (1989). Attachments Beyond Infancy. *American Psychologist*, 44 (4), 709-716. Retirado em 23 de Outubro de 2014 de EBSCOHost Academic Search Elite data-base.
- Bakermans-Kranenburg, M. J.; Steele, H.; Zeanah, C. H.; Muhamedrahimov, R. J.; Vorria, P.; Dobrova-Krol, N. A.; Steele, M.; van IJzendoorn, M. H.; Juffer, F.; & Gunnar, M. R. (2011). III. ATTACHMENT AND EMOTIONAL DEVELOPMENT IN INSTITUTIONAL CARE: CHARACTERISTICS AND CATCH UP. *Monographs of the Society for Research in Child Development*, 76(4), 62-91. . Retirado em 20 de Novembro de 2014 de EBSCOHost Academic Search Elite data-base.
- Blehar, M. C.; Lieberman, A. F.; Ainsworth, M. D. S. (1977). Early Face-to-Face Interaction and Its Relation to Later Infant-Mother Attachment. *Child Development*, 48, 182-184. Retirado em 23 de Outubro de 2014 de EBSCOHost Academic Search Elite data-base.
- Bost, K. K.; Shin, N.; McBride, B. A.; Brown, G. L.; Vaughn, B. E.; Coppola, G.; Veríssimo, M; Monteiro, L.; & Korth, B. (2006). Maternal secure base scripts, children's attachment security, and mother – child narrative styles. *Attachment & Human Development*, 8(3), 241-260. Retirado em 27 de Setembro de 2014 de EBSCOHost Academic Search Elite data-base.
- Bowlby, J. (1990). *APEGO E PERDA- Volume I: APEGO*. São Paulo: Martins Fontes. (Tradução do original em inglês “ATTACHMENT AND LOSS – Volume I: ATTACHMENT”. The Tavistock Institute of Human Relations, 1969).
- Bowlby, J. (1990) (2ºed). *APEGO E PERDA- Volume 2: SEPARAÇÃO – Ansiedade e Raiva*. São Paulo: Martins Fontes. (Tradução do original em inglês “ATTACHMENT AND LOSS – Volume II: SEPARATION – ANXIETY AND ANGER”. The Tavistock Institute of Human Relations, 1973).

- Bowlby, J. (1990) (2^oed). *APEGO E PERDA- Volume 3: PERDA – Tristeza e Depressão*. São Paulo: Martins Fontes. (Tradução do original em inglês “ATTACHMENT AND LOSS – Volume III: LOSS, SADNESS AND DEPRESSION”. The Tavistock Institute of Human Relations, 1985).
- Bowlby, J. (2006). Como estudar os danos produzidos pela privação. In Bowlby, J. (5^oed), *Cuidados Maternos e Saúde Mental*. São Paulo: Martins Fontes Ed. (Tradução do original em inglês “CHILD AND CARE AND THE GROWTH OF LOVE”. Penguin Books Ltd., 1976).
- Bretherton, I.; & Munholland, K. A. (2008). Internal Working Models in Attachment Relationships: a construct revisited. In J. Cassidy & P. R. Shaver (2nd ed), *Handbook of attachment: theory, research, and clinical applications* (pp 102-127). New York: Guilford Press.
- Bretherton, I.; Ridgeway, D.; & Cassidy, J. (1990). Assessing internal working models of the attachment relationship: An attachment doll story completion task for 3-year-olds. In M. Greenberg, D. Cicchetti & E. Cummings (Eds.), *Attachment in the preschool years* (pp. 273–308). Chicago: Chicago University Press. (versão electrónica, consultada a 18 de Setembro de 2014 em http://books.google.pt/books?hl=pt-BR&lr=&id=WzHifiCXE8EC&oi=fnd&pg=PA273&ots=WTolwDCnXl&sig=hSjHvYfPDetORLxmrH8NHj5JYHU&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false).
- Bretherton, I. (1992). The Origins of Attachment Theory: John Bowlby and Mary Ainsworth. *Developmental Psychology*, 28(5), 759-775. Retirado em 18 de Setembro de 2014 de EBSCOHost Academic Search Elite data-base.
- Brodzinsky, D.M.; & Brodzinsky, A. B. (1992). The Impact of Family Structure on the Adjustment of Adopted Children. *CHILD WELFARE*, LXXI (1), 69-76. Retirado em 20 de Novembro de 2014 de EBSCOHost Academic Search Elite data-base.

Brodzinsky, D.M.; Smith, D. W.; & Brodzinsky, A. B. (1998). *Children's Adjustment to Adoption: developmental and clinical issues*. Thousand Oaks: Sage.

Bruskas, D. (Nov2010). Developmental health of infants and children subsequent to foster care. *Journal of Child and Adolescent Psychiatric Nursing*, 23(4), 231-241. Retirado em 23 de Fevereiro de 2014 de EBSCOHost Academic Search Elite data-base.

Instituto da Segurança Social (ISS), I.P. (abril de 2015). *CASA 2014 – Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. (versão electrónica, consultada a 4 de Agosto de 2015 em http://www.parlamento.pt/documents/xiileg/abril_2015/casa2014.pdf).

Chisholm, K. (1998). A Three Year Follow-up of Attachment and Indiscriminate Friendliness in Children Adopted from Romanian Orphanages. *Child Development*, 69(4), 1092-1106. Retirado em 20 de Outubro de 2014 de EBSCOHost Academic Search Elite data-base.

Código Civil, 64.^a versão, [s.l.], [s.n.], 2014 (versão electrónica, consultada a 8 de Fevereiro de 2015 em http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=775&tabela=leis).

Combs-Ronto, L. A.; Olson, S. L.; Lunkenheimer, E. S.; & Sameroff, A. J. (2009). Interactions Between Maternal Parenting and Children's Early Disruptive Behavior: Bidirectional Associations across the Transition from Preschool to School Entry. *J Abnorm Child Psychol*, 37(8), 1151–1163. Retirado em 13 de Agosto de 2015 de EBSCOHost Academic Search Elite data-base.

Constituição da República Portuguesa, [s.l.], [s.n.], 1976 (versão electrónica, consultada a 8 de Fevereiro de 2015 em http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=4&tabela=leis).

- Delius, A.; Bovenschen, I.; & Spangler, G. (2008). The inner working model as a “theory of attachment”: development during the preschool years. *Attachment & Human Development, 10(4)*, 395-414. Retirado em 2 de Outubro de 2014 de EBSCOHost Academic Search Elite data-base.
- Emerich, D. R.; da Rocha, M. M.; Silvaes, E. F. M. (2010). Validade Preliminar do CBCL/6-18 para crianças brasileiras: Análise da Estrutura Factorial. *USP Digital*. Acedido a 19 de Junho, 2014, em <http://www.uspdigital.usp.br/siicusp/cdOnlineTrabalhoVisualizarResumo?numeroInscricaoTrabalho=190&numeroEdicao=19>
- Fisher, P. A.; Gunnar, M. R.; Dozier, M.; Bruce, J.; & Pears, K. C. (2006). Effects of Therapeutic Interventions for Foster Children on Behavioral Problems, Caregiver Attachment, and Stress Regulatory Neural Systems. *Annual New York Academy of Sciences, 1094*, 215-225. Retirado em 18 de Outubro de 2014 de EBSCOHost Academic Search Elite data-base.
- Fivush, R. (2006). Scripting attachment: Generalized event representations and internal working models. *Attachment & Human Development, 8(3)*, 283-289. Retirado em 2 de Outubro de 2014 de EBSCOHost Academic Search Elite data-base.
- Franco, J. E.; Pinho, J. B. (2014). Adopção e solidariedade: Uma aproximação histórica. In M. Matias e M. Paulino (Eds.), *A Criança no Processo de Adopção. Realidades, Desafios e Mudanças* (pp 28-44). Lisboa: PRIME BOOKS.
- Gloger-Tippelt, G.; Gomille, B.; Koenig, L.; & Vetter, J. (2002). Attachment representations in 6-year-olds: Related longitudinally to the quality of attachment in infancy and mothers’ attachment representations. *Attachment & Human Development, 4 (3)*, 318–339. Retirado em 20 de Novembro de 2014 de EBSCOHost Academic Search Elite data-base.

- Goodman, G.; Aber, J. L.; Berlin, L.; & Brook-Gunn, J. (1998). THE RELATIONS BETWEEN MATERNAL BEHAVIORS AND URBAN PRESCHOOL CHILDREN'S INTERNAL WORKING MODELS OF ATTACHMENT SECURITY. *Infant Mental Health Journal*, 19(4), 378-393. Retirado em 27 de Setembro de 2014 de EBSCOHost Academic Search Elite data-base.
- Guedeney, N.; & Guedeney, A. (2004) (1ª ed.). *Vinculação. Conceitos e aplicações*. Lisboa: CLIMEPSI EDITORES
- Hawk, B.; & McCall, R. B. (2010). CBCL Behavior Problems of Post-Institutionalized International Adoptees. *Clin Child Fam Psychol Rev.*, 13(2), 199–211. Retirado em 16 de Março de 2015 de EBSCOHost Academic Search Elite data-base.
- Howes, C.; & Spieker, S. (2008). Attachment Relationships in the Context of Multiple Caregivers. In J. Cassidy & P. R. Shaver (2nd ed.), *Handbook of attachment: theory, research, and clinical applications* (pp 317-332). New York: Guilford Press.
- Johnson, D. E. (2002). Adoption and the effect on children's development. *Early Human Development*, 68, 39-54. Retirado em 20 de Novembro de 2014 de EBSCOHost Academic Search Elite data-base.
- Juffer, F.; & van Ijzendoorn, M. H. (2005). Behavior Problems and Mental Health Referrals of International Adoptees: A Meta-analysis. *JAMA*, 293(20), 2501-2515. Retirado em 20 de Novembro de 2014 de EBSCOHost Academic Search Elite data-base.
- Juffer, F.; & van Ijzendoorn, M. H. (2007). Adoptees Do Not Lack Self-Esteem: A Meta-Analysis of Studies on Self-Esteem of Transracial, International, and Domestic Adoptees. *Psychological Bulletin*, 133(6), 1067–1083. Retirado em 25 de Novembro de 2014 de EBSCOHost Academic Search Elite data-base.

- Juffer, F.; Palacios, J.; Le Mare, L.; Sonuga-Barke, E. J. S.; Tieman, W.; Bakermans-Kranenburg, M. J.; Vorria, P.; van Ijzendoorn, M. H.; Verhulst, F. C. (2011). II. DEVELOPMENT OF ADOPTED CHILDREN WITH HISTORIES OF EARLY ADVERSITY. *Monographs of the Society for Research in Child Development*, 76(4), 31-61. Retirado em 20 de Novembro de 2014 de EBSCOHost Academic Search Elite data-base.
- Julian, M. M. (2013). Age at Adoption from Institutional Care as a Window into the Lasting Effects of Early Experiences. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 16(2), 101–145. Retirado em 20 de Novembro de 2014 de EBSCOHost Academic Search Elite data-base.
- Kochanska, G.; Kim, S. (2013). Early Attachment Organization With Both Parents and Future Behavior Problems: From Infancy to Middle Childhood. *Child Development*, 84(1), 283-296. Retirado em 25 de Novembro de 2014 de EBSCOHost Academic Search Elite data-base.
- Koren-Karie, N.; Oppenheim, D.; Yuval-Adler, S.; & Mor, H. (2013). Emotion dialogues of foster caregivers with their children: the role of the caregivers, above and beyond child characteristics, in shaping the interactions. *Attachment & Human Development*, 15(2), 175–188. Retirado em 25 de Novembro de 2014 de EBSCOHost Academic Search Elite data-base.
- Laible, D., Carlo, G., Torquati, J., & Ontai, L. (2004). Children's perceptions of family relationships as assessed in a doll story completion task: Links to parenting, social competence, and externalizing behavior. *Social Development*, 13(4), 551–569. Retirado em 27 de Setembro de 2014 de EBSCOHost Academic Search Elite data-base.
- Lawrence, C. R.; Carlson, E. A. & Egeland, B. (2006). The impact of foster care on development. *Development and Psychopathology*, 18, 57–76. Retirado em 23 de Fevereiro de 2014 de EBSCOHost Academic Search Elite data-base.

- Leandro, A. (2014). O superior interesse da criança na adoção. In M. Matias e M. Paulino (Eds.), *A Criança no Processo de Adopção. Realidades, Desafios e Mudanças* (pp 80-88). Lisboa: PRIME BOOKS.
- Le Mare, L.; & Audet, K. (). Behavior Problems in Postinstitutionalized Romanian Adoptees: Explanatory Parameters in the Adoptive Home. *Merrill-Palmer Quarterly*, 60 (3), 245-273. Retirado em 23 de Maio de 2015 de EBSCOHost Academic Search Elite data-base.
- Maia, J.; Veríssimo, M. (2011). Teoria da Vinculação: O Salto do Comportamento para o Nível de Representação. *Psicologia Educação e Cultura*, XV(2), 380-393. Retirado em 15 de Março de 2014 de SciELO Portugal data-base.
- Maia, J. (2011). *Emergência Narrativa e Segurança das Representações de Vinculação no Período Pré-Escolar*. Tese de doutoramento apresentada ao ISPA – Instituto Universitário, Lisboa.
- Maia, J., Veríssimo, M., Ferreira, B., Silva, F., & Fernandes, M. (2009). *Adaptação portuguesa do Attachment Story Completion Task – Manual de aplicação e cotação: Dimensão contínua de segurança*. Manuscrito não publicado. ISPA – Instituto Universitário, Lisboa.
- Menard, C.; Bandeen-Roche, K. J.; Chilcoat, H. D. (2004). Epidemiology of multiple childhood traumatic events: child abuse, parental psychopathology, and other family-level stressors. *Soc Psychiatry Psychiatr Epidemiol*, 39, 857–865. Retirado em 31 de Março de 2014 de EBSCOHost Academic Search Elite data-base.
- Miljkovitch, R.; Pierrehumbert, B.; Bretherton, I.; & Halfon, O. (2004). Associations between parental and child attachment representations. *Attachment & Human Development*, 6(3), 305-325. Retirado em 23 de Setembro de 2014 de EBSCOHost Academic Search Elite data-base.

- Miljkovitch, R.; Pierrehumbert, B.; & Halfon, O. (2007). Threeyear- olds' attachment play narratives and their associations with internalizing problems. *Clinical Psychology & Psychotherapy*, 14(4), 249–257. Retirado em 23 de Setembro de 2014 de EBSCOHost Academic Search Elite data-base.
- Molina, M. F. (2004). LA INVESTIGACIÓN INTERNACIONAL SOBRE ADOPCIÓN. ANÁLISIS, CONCLUSIONES Y PERSPECTIVAS DE FUTURO. *Anuario de Psicología Jurídica*, 14, 39-66. Retirado em 25 de Novembro de 2014 de EBSCOHost Academic Search Elite data-base.
- Moss, E.; Cyr, C.; & Dubois-Comtois, K. (2004). Attachment at Early School Age and Developmental Risk: Examining Family Contexts and Behavior Problems of Controlling–Caregiving, Controlling–Punitive, and Behaviorally Disorganized Children. *Developmental Psychology*, 40(4), 519-532. Retirado em 23 de Setembro de 2014 de EBSCOHost Academic Search Elite data-base.
- Nelson, K. (1999). Event representations narrative development and internal working models. *Attachment & Human Development*, 1(3), 239-252. Retirado em 2 de Outubro de 2014 de EBSCOHost Academic Search Elite data-base.
- Oppenheim, D. (1997). The attachment doll-play interview for preschoolers. *International Journal of Behavioral Development*, 20, 681–697. Retirado em 27 de Setembro de 2014 de EBSCOHost Academic Search Elite data-base.
- Oppenheim, D., Nir, A., Warren, S. & Emde, R. (1997). Emotion regulation in mother–child narrative co-constructions: Associations with children's narratives and adaptation. *Developmental Psychology*, 33, 284–294. Retirado em 27 de Setembro de 2014 de EBSCOHost Academic Search Elite data-base.
- Oppenheim, D.; Koren-Karie, N.; & Sagi-Schwartz, A. (2007). Emotion Dialogues Between Mothers and Children at 4.5 and 7.5 Years: Relations With Children's Attachment at 1 Year. *Child Development*, 78(1), 38-52. Retirado em 23 de Setembro de 2014 de EBSCOHost Academic Search Elite data-base.

- Pace, C. S.; & Zavattini, G. C. (2010). 'Adoption and attachment theory' the attachment models of adoptive mothers and the revision of attachment patterns of their late-adopted children. *Child: care, health and development*, 37(1), 82–88. Retirado em 20 de Outubro de 2014 de EBSCOHost Academic Search Elite data-base.
- Page, T. F. (2001). Attachment Themes in the Family Narratives of Preschool Children: A Qualitative Analysis. *Child and Adolescent Social Work Journal*, 18(5), 353-375. Retirado em 2 de Outubro de 2014 de EBSCOHost Academic Search Elite data-base.
- Palacios, J., & Sánchez-Sandoval, Y. (2005). Beyond adopted/nonadopted comparisons. In D. Brodzinsky & J. Palacios (Eds.), *Psychological issues in adoption* (pp. 117-144). London: Praeger. Consultado em 19 de Maio de 2015 de https://books.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=CDKgFFAfmEwC&oi=fnd&pg=PR9&dq=Palacios,+2005,+adoption&ots=PNmhvWph2A&sig=-icCSttuZkp2lj5oI1Cj2EEZkCQ&redir_esc=y#v=onepage&q=Palacios%2C%202005%2C%20adoption&f=false
- Piaget, J. (1970). O desenvolvimento da noção de objecto. In J. Piaget (3 ed.), *A construção do real na criança* (pp. 11-92). Rio de Janeiro: Zahar.
- Pignotti, M. (2011). REACTIVE ATTACHMENT DISORDER AND INTERNATIONAL ADOPTION: A SYSTEMATIC SYNTHESIS. *The Scientific Review of Mental Health*, 8(1), 30-49. Retirado em 25 de Outubro de 2014 de EBSCOHost Academic Search Elite data-base.
- Pinhel, J.; Torres, N.; Maia, J. (2009). Crianças institucionalizadas e crianças em meio familiar de vida: Representações de vinculação e problemas de comportamento associado. *Análise Psicológica*, 4 (XXVII), 509-521. Retirado em 23 de Fevereiro de 2014 de EBSCOHost Academic Search Elite data-base.

- Reese, E.; Haden, C. A.; Fivush, R. (1993). Mother-Child Conversations About the Past: Relationships of Style and Memory Over Time. *Cognitive Development*, 8, 403-430. Retirado em 14 de Outubro de 2014 de EBSCOHost Academic Search Elite data-base.
- Reese, E. (2008). Maternal coherence in the Adult Attachment Interview is linked to maternal reminiscing and to children's self concept. *Attachment & Human Development*, 10(4), 451-464. Retirado em 14 de Outubro de 2014 de EBSCOHost Academic Search Elite data-base.
- Rodrigues, A., (1997). A adopção: um antes; e depois? *Infância e juventude*, 2, 31-70.
- Rutter, M. L.; Kreppner, J. M.; & O'Connor, T. G. (2001). Specificity and heterogeneity in children's responses to profound institutional privation. *BRITISH JOURNAL OF PSYCHIATRY*, 179, 97-103. Retirado em 19 de Maio de 2015 de EBSCOHost Academic Search Elite data-base.
- Salvaterra, F. (2014). Normalidade ou "excepcionalidade"? O estado da arte na selecção dos candidatos. In M. Matias e M. Paulino (Eds.), *A criança no processo de adopção. Realidades, Desafios e Mudanças* (pp. 67-77). Lisboa: PRIME BOOKS.
- Salvaterra, F.; & Veríssimo, M. (2008). A adopção: O Direito e os afectos. Caracterização das famílias adoptivas do Distrito de Lisboa. *Análise Psicológica*, 3(XXVI), 501-517. Retirado em 25 de Novembro de 2014 de SciELO Portugal data-base.
- Schank, R.; Abelson, R. (1977). *Scripts Plans Goals and Understanding*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.

- Silva, F.; Fernandes, M.; Veríssimo, M.; Shin, N.; Vaughn, B. E.; Bost, K. E. (2008). A concordância entre o comportamento de base segura com a mãe nos primeiros anos de vida e os modelos internos dinâmicos no pré-escolar. *Análise Psicológica*, 3 (XXVI), 411-422. Retirado em 27 de Setembro de 2014 de EBSCOHost Academic Search Elite data-base.
- Solomon, J.; George, C.; De Jong, A. (1995). Children classified as controlling at age six: Evidence of disorganized representational strategies and aggression at home and at school. *Development and Psychopathology*, 7(3), 447-463. Retirado em 27 de Setembro de 2014 de EBSCOHost Academic Search Elite data-base.
- Sroufe, L. A.; Egeland, B.; Carlson, E. A.; & Collins, W. A. (2005). *The development of the person: The Minnesota study of risk and adaptation from birth to adulthood*. New York: Guilford Press.
- Sroufe, L. A. (2005). Attachment and development: A prospective, longitudinal study from birth to adulthood. *Attachment & Human Development*, 7(4), 349 – 367. Retirado em 27 de Setembro de 2014 de EBSCOHost Academic Search Elite data-base.
- Steele, M.; Hodges, J.; Kaniuk, J.; & Steele, H. (2010). Mental Representation and Change: Developing Attachment Relationships in an Adoption Context. *Psychoanalytic Inquiry*, 30, 25–40. Retirado em 20 de Novembro de 2014 de EBSCOHost Academic Search Elite data-base.
- Tomás, C. (2007). Convenção dos Direitos da Criança: Reflexões Críticas. *Infância e juventude*, 7(4), 121-145.
- Torres, N., Maia, J., Veríssimo, M., Fernandes, M., & Silva, F. (Jan/Feb2012). Attachment security representations in institutionalized children and children living with their families: links to problem behaviour. *Clinical Psychology & Psychotherapy*, 19(1), 25-36. Retirado em 15 de Março de 2014 de EBSCOHost Academic Search Elite data-base.

- UNICEF (2004). *A Convenção sobre os Direitos da Criança*. (versão electrónica, consultada a 8 de Fevereiro de 2015 em http://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf).
- van den Dries, L.; Juffer, F.; Van Ijzendoorn, M. H. & Bakermans-Kranenburg, M. J (2009). Fostering security? A meta-analysis of attachment in adopted children. *Children and Youth Services Review*, 31(3), 410-421. Retirado em 23 de Fevereiro de 2014 de EBSCOHost Academic Search Elite data-base.
- van den Dries, L. (2010). Development after international adoption. Doctoral thesis presented to Leiden University, Leiden.
- van Ijzendoorn, M. H.; Sagi, A.; & Lambermon, M. W. E. (1992). The multiple caretaker paradox: Data from Holland and Israel. *New Directions for Child and Adolescent Development*, 57, 5-24. Retirado em 14 de Outubro de 2014 de Wiley Online Library.
- van Ijzendoorn, M. H.; & De Wolff, M. S. (1997). In Search of the Absent Father-Meta-Analyses of Infant-Father Attachment: A Rejoinder to Our Discussants. *Child Development*, 68(4), 604-609. Retirado em 20 de Novembro de 2014 de EBSCOHost Academic Search Elite data-base.
- van Ijzendoorn, M. H.; Juffer, F. (2005). Adoption Is a Successful Natural Intervention Enhancing Adopted Children's IQ and School Performance. *American Psychological Society*, 14(6), 326-330. Retirado em 25 de Novembro de 2014 de EBSCOHost Academic Search Elite data-base.
- van Ijzendoorn, M. H.; Juffer, F. (2006). The Emanuel Miller Memorial Lecture 2006: Adoption as intervention. Meta-analytic evidence for massive catch-up and plasticity in physical, socio-emotional, and cognitive development. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 47(12), 1228-1245. Retirado em 20 de Novembro de 2014 de EBSCOHost Academic Search Elite data-base.

- van Ijzendoorn, M. H.; Palacios, J.; Sonuga-Barke, E. J. S.; Gunnar, M. R.; Vorria, P.; McCall, R. B.; Le Mare, L.; Bakermans-Kranenburg, M. J.; Dobrova-Krol, N. A.; & Juffer, F. (2011). I. CHILDREN IN INSTITUTIONAL CARE: DELAYED DEVELOPMENT AND RESILIENCE. *Monographs of the Society for Research in Child Development, 76(4)*, 8-30. Retirado em 20 de Novembro de 2014 de EBSCOHost Academic Search Elite data-base.
- Veríssimo, M.; e Salvaterra, F. (2006). O modelo interno dinâmico da mãe e o comportamento de base segura dos seus filhos num grupo de crianças adoptadas. *Psicologia, 20(1)*, 37-50. Retirado em 22 de Maio de 2014 de SciELO Portugal data-base.
- Vorria, P.; Papaligoura, Z.; Sarafidou, J.; Kopakaki, M.; Dunn, J.; van Ijzendoorn, M. H.; & Kontopoulou, A. (2006). The development of adopted children after institutional care: a follow-up study. *Journal of Child Psychology and Psychiatry, 47(12)*, 1246–1253. Retirado em 23 de Novembro de 2014 de EBSCOHost Academic Search Elite data-base.
- Warren, S.; Oppenheim, D.; & Emde, R. (1996). Can emotions and themes in children's play predict behavior problems? *Journal of American Academy of Child and Adolescent Psychiatry, 35*, 1331–1337. Retirado em 23 de Setembro de 2014 de EBSCOHost Academic Search Elite data-base.
- Waters, H. S.; Rodrigues, L. M.; & Ridgeway, D. (1998). Cognitive Underpinnings of Narrative Attachment Assessment. *JOURNAL OF EXPERIMENTAL CHILD PSYCHOLOGY, 71*, 211-234. Retirado em 23 de Setembro de 2014 de EBSCOHost Academic Search Elite data-base.
- Waters, E.; Merrick, S.; Treboux, D.; Crowell, J.; & Albersheim, L. (2000). The Stability of Attachment Security from Infancy to Adolescence and Early Adulthood: A Twenty-Year Longitudinal Study. *Child Development, 71(3)*, 684-689. Retirado em 2 de Outubro de 2014 de EBSCOHost Academic Search Elite data-base.

- Waters, H. S.; & Waters, E. (2006). The attachment working models concept: Among other things, we build script-like representations of secure base experiences. *Attachment & Human Development*, 8(3), 185-197. Retirado em 2 de Outubro de 2014 de EBSCOHost Academic Search Elite data-base.
- Weschler, D. (1989). *Wechsler Preschool and Primary Scale of Intelligence – Revised*. San Antonio, TX: Psychological Corporation.
- Wiik, K. L.; Loman, M. M.; Van Ryzin, M. J.; Armstrong, J. M.; Essex, M. J.; Pollak, S. D.; Gunnar, M. R. (2011). Behavioral and Emotional Symptoms of Post-Institutionalized Children in Middle Childhood. *J Child Psychol Psychiatry*, 52(1), 56–63. Retirado em 23 de Maio de 2015 de EBSCOHost Academic Search Elite data-base.
- Wong, M.; Bost, K. K.; Shin, N.; Veríssimo, M.; Maia, J.; Monteiro, L.; Silva, F.; Coppola, G.; Constantini, A.; & Vaughn, B. E. (2011). Preschool children’s mental representations of attachment: antecedents in their secure base behaviors and maternal attachment scripts. *Attachment & Human Development*, 13(5), 489-502. Retirado em 2 de Outubro de 2014 de EBSCOHost Academic Search Elite data-base.
- Woolgar, M. (1999). Projective Doll Play Methodologies for Preschool Children. *Child Psychology & Psychiatry Review*, 4(3), 126-134. Retirado em 27 de Setembro de 2014 de EBSCOHost Academic Search Elite data-base.
- Zeanah, C. H.; Smyke, A. T.; Koga, S.; & Carlson, E. (2005). Attachment in Institutionalized and Community Children in Romania. *Child Development*, 76(5), 1015 – 1028. Retirado em 25 de Novembro de 2014 de EBSCOHost Academic Search Elite data-base.